

convergência

MAI — 1977 — ANO X — Nº 102



- **COLÉGIOS CRISTÃOS INTEGRADOS, UM DEPOIMENTO,**
Pe. Agostinho Castejón, SJ — Página 196
- **NOVAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DOS RELIGIOSOS
NA ÁREA DA SAÚDE, GTS da CRB-Nacional,** Página 205
- **OS RELIGIOSOS E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA**
Pe. Matias Martinho Lenz, SJ — Página 215
- **O VOTO DE CASTIDADE,
UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL,**
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ — Página 239

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:
Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 6º andar
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO
— RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) ... Cr\$ 150,00
Exterior: marítima US\$ 17,00
aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 15,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000 Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís, 100 — 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

"O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO". Dez anos vivendo isto. Dez anos de CONVERGÊNCIA. Coragem de caminhar e fazer caminhar. A partir da experiência e da vida. À luz da fé que alicerça nossa vida de Religiosos e lhe dá sentido. Procura e renovação que não cessam. Caminhar na Igreja e com a Igreja, de hoje e de sempre.

Registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.



SUMÁRIO

EDITORIAL	193
COLÉGIOS CRISTÃOS INTEGRADOS, Pe. Agostinho Castejón, SJ	196
NOVAS PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DOS RELIGIOSOS NA ÁREA DA SAÚDE, Grupo de Trabalho da Saúde, CRB-Nacional	205
OS RELIGIOSOS E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA, Pe. Matias Martinho Lenz, SJ	215
CAMPANHA DA FRATERNIDADE, Artur da Távola	230
NOSSA COMUNICAÇÃO COM O POVO, Pe. Edênio Valle, SVD	235
O VOTO DE CASTIDADE, UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL, Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ	239
PELAS REGIONAIS DA CRB, Pe. Celso Sehn, MSF	252
LIVROS NOVOS para Você ler ..	256

EDITORIAL

**São os religiosos
que podem dar aos homens
que experimentam o limite
da vida na enfermidade,
na dor e na morte,
a capacidade na fé
de acolher no amor
este limite
e de transformá-lo
em afirmação de vida.**

CONVERGÊNCIA, março/77, focalizou o **problema da identidade** da vida religiosa como vocação apostólica na Igreja. A dimensão do **ser religioso** se traduz no agir dos religiosos de muitos e variados modos. Eles coincidem com áreas em que estão presentes outras vocações apostólicas na Igreja ou nas quais atuam profissionalmente pessoas que de modo algum se vinculam a uma inspiração evangélica em suas vidas. A integração e coerência profunda entre o **ser e o agir do religioso** na perspectiva evangélica que está à base de sua vocação apostólica é o que dará a um tempo sentido e alcance próprio à sua presença na Igreja e entre os Homens.

Educação e Saúde são desde muitos séculos áreas numericamente privilegiadas de atuação dos religiosos e religiosas.

O esforço na **educação** dos homens deu origem e alento a muitos Institutos Religiosos. Eles têm na própria urgência de **evangelizar**, tão enfatizada por Jesus Cristo e por São Paulo, o seu ponto de partida e de constante realimentação. Educar é dar ao homem a chave da compreensão e construção do sentido e destino de sua própria vida. Educar é levar o homem a descobrir sua grandeza e seu limite, na intuição exigitiva de Deus que o transcende e na certeza libertadora de ser amado por este Deus. Educar é ajudar o homem a ultrapassar o horizonte de si mesmo e abrir-se na permanente doa-

ção aos seus irmãos. Educar é isto. E não é isto evangelizar?

P. Agostinho Castejón focaliza para nós uma tentativa recente neste antigo ministério de educar. Não é um plano, nem uma boa idéia. É uma realidade. Ela surgiu, encontrou o seu caminho, consolidou-se, configura-se promissora. A semente que traz é o alcance da união. Numa área em que nós religiosos conseguimos trabalhar por tanto tempo sem nos conhecermos e até mesmo nos conflitando, é estimulante este depoimento.

Nossa presença entre os homens na área da **saúde** retoma também algo de primigênio da perspectiva evangélica. Jesus consagrou-lhe boa parte de sua vida. Os Evangelhos lhe dão destaque. A solicitude pelo bem dos homens, a capacidade de dedicar a vida para que os outros a recuperem, se inscreve bem na missão do próprio Cristo. Ele veio para que tenhamos a vida e a tenhamos em abundância. Foram muitos os fundadores de Institutos Religiosos que conseguiram mover tantas vidas a serviço da VIDA. Porque a saúde só pode ser entendida pelos religiosos como a libertação integral do homem para o serviço de Deus e dos outros homens. Mas são também os religiosos que podem dar aos homens que experimentam o limite da vida na enfermidade, na dor e na morte, a capacidade na fé de acolher no amor este limite e de transformá-lo em afirmação de vida.

O **Grupo de Trabalho da Saúde** (GTS) da CRB-Nacional traz aos leitores de CONVERGÊNCIA uma série de reflexões de capital importância para a qualidade da presença dos religiosos nesta área.

Estes três trabalhos se inserem no contexto de preparação dos religiosos do Brasil para a **XI Assembléia Geral Ordinária da CRB**. Eles traduzem aspectos da Vida Religiosa em nossa Igreja, em nosso país. São flagrantes do processo de reflexão que através de CONVERGÊNCIA a CRB quis estimular em ordem a este grande acontecimento de julho 77. Ver CONVERGÊNCIA IX (1976 n.º 93, junho) 264-267; IX (1976 n.º 94, julho-agosto) 323-335; IX (1976, n.º 96, outubro) 451-458; IX (1976, n.º 97, novembro) 515-525.

Padre Martinho Lenz, já conhecido dos leitores de CONVERGÊNCIA por seu artigo no primeiro número deste ano, desenvolveu agora para nós o tema extremamente atual: **Os Religiosos e a promoção da justiça**. Ele o aborda aqui pelo ângulo específico da realidade concreta de nosso País e Igreja. Este tópico, no entanto, tem sido objeto constante da atenção seja dos Capítulos, seja dos Governos Gerais das Congregações. Foi também tópico central de um questionário enviado aos Governos Gerais pelas duas Uniões de Superiores Gerais, em Roma, USG e UISG.

Na educação ou na saúde, na promoção da justiça que deve animar todo o nosso apostolado, ou em qualquer outra forma de presença nossa, a **comunicação e linguagem** é um grande desafio. Tributários de outros tempos, marcados por uma perspectiva imobilista em nosso modo de ser, nós religiosos somos hoje convidados pela Igreja a uma aproximação do povo. É significativo entre os religiosos do Brasil este empenho de inserção. Mas como é difícil comunicar-se, relacionar-se, entrar em comunhão!

P. Edênio Valle, Vice-Reitor da PUC/SP e membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB-Nacional, desenvolveu para nós este pequeno modelo para a análise da comunicação que existe entre nós religiosos e o povo. Parte de sua experiência de psicólogo aplicada aqui à faixa da psicologia social. É um instrumento válido para o questionamento de nós mesmos e a superação de eventuais equívocos. Não é verdade que, por falta de conhecimento e preparação, estas falhas sabotam tanto de nossa generosidade e dedicação?

Ainda no mesmo tema da comunicação, pareceu-nos válido transcrever aqui os dois artigos de **Artur da Távola** sobre a Campanha da Fraternidade deste ano. Ele é um dos mais aprecia-

dos críticos de TV no Brasil. Consagrou-se por sua análise diária de segmentos importantes da produção televisiva no país. É interessante ver como um leigo captou o esforço da Campanha da Fraternidade neste anseio de comunicar-se com o homem quotidiano, pouco iniciado para entender mensagens clericalmente codificadas. A Campanha da Fraternidade vem conseguindo sempre mais decodificar a mensagem evangélica para o grande público. Falar para que ele entenda. A publicação destes artigos quer ser uma homenagem de **CONVERGÊNCIA** à Equipe que a prepara há vários anos. Ela se vem superando a cada ano. Estes artigos são também um estímulo a nós religiosos. Não basta agir. É preciso que nossa ação nos leve a uma comunicação intensa de nós com os homens e dos homens conosco. Esta é a única base da comunhão que nos pode estreitar entre nós e abrir-nos a Deus.

A vida religiosa tem desde sempre uma característica peculiar que afeta a índole mesmo desta comunicação e comunhão: a profissão pública da **castidade consagrada**. Dando seqüência aos artigos de março e abril, **P. Marcello de Carvalho Azevedo** tenta uma leitura com olhos de hoje deste traço fundamental do ser religioso de todos os tempos.

P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.
Presidente Nacional da CRB

DEPOIMENTO

CCI COLÉGIOS CRISTÃOS INTEGRADOS

Um grupo de Colégios
de várias Congregações Religiosas
de Minas Gerais, Brasil,
unem recursos
materiais e humanos
para melhorar seus serviços.

Pe. Agostinho Castejón, S.J.

Por que buscar a união e colaboração também em nível de Instituições?

A pergunta poderia parecer inteiramente dispensável. Na realidade, tratando-se de Instituições cristãs, a pergunta talvez deveria ser invertida: Por que existem ainda tantas barreiras e distâncias entre as nossas Instituições? Como é possível que até hoje ainda estejamos trabalhando em isolamento?

De fato, a união dos Colégios Cristãos é uma exigência que vai muito além da sugestão de inter-complementaridade oferecida pela Lei 5.692. É antes de tudo uma necessidade nascida da própria essência da escola cristã. Não tem sentido um grupo de escolas cristãs que trabalham em isolamento, e muito

menos se elas trabalham em concorrência.

E, no entanto, apesar de toda a aproximação intercongregacional em nível de pessoas através de inúmeros encontros e reuniões promovidas pela AEC e pela CRB, e apesar de certo grau de aproximação institucional já atingido nos últimos anos, ainda parece sobreviver o que poderíamos chamar de peso institucional, ou mesmo de egoísmo estrutural de uma instituição.

Em muitas circunstâncias, a superestrutura de uma sociedade capitalista impõe às Instituições nela inseridas, e que dependem da imagem pública e da procura de "clientes", certas características consideradas como indispensáveis à sua sobrevivência como Instituição.

É como se a Instituição tivesse personalidade própria, sujeita a condicionamentos superiores às pessoas nela inseridas, e possuísse, em sua psicologia própria, mecanismos de defesa. Um destes mecanismos de defesa seria a necessidade de isolar-se, de guardar-se para sobreviver.

Surgem atualmente fatores internos e externos que vão tornando cada vez mais palpável e mais vital a exigência de aproximação, de união, de colaboração.

Em primeiro lugar, uma maior explicação da consciência de Igreja, em geral, e de Igreja particular, que vem fazendo com que as Congregações Religiosas superem gradativamente os ranços de proprietários absolutos de entidades auto-suficientes.

O maior desenvolvimento da consciência crítica entre os religiosos vai abrindo novas pistas e tornando mais explícita a necessidade de união.

A redução de vocações para a vida religiosa em geral, e para o trabalho em educação em Instituições estabelecidas é um fato. Esta redução em quantidade, e talvez em qualidade humana dos religiosos, tende a tornar as Instituições menos auto-suficientes, mais dispostas a buscar apoio.

O Colégio-Instituição tem a necessidade permanente de atualização e a necessidade de "produzir" certo grau de resultados positivos que, na nossa sociedade, são medidos especificamente pelo número de aprovações nos vestibulares. Por mais livres e isentos que queiramos

ser, e mesmo que a aprovação no vestibular seja, de fato, um objetivo escolar secundário, não há possibilidade de prescindir dessa realidade. É um condicionamento imposto pela atual estrutura social dentro da qual os nossos Colégios desempenham suas atividades. Poder-se-ia colocar um outro problema a respeito da validade de sustentar estas Instituições dentro de um contexto sócio-econômico capitalista. Mas a realidade atual dos Colégios, inseridos na estrutura sócio-econômica existente, exige deles certo nível de "produtividade" pedagógica. E esta necessidade torna-se condição de sobrevivência para os Colégios na medida em que outras instituições leigas utilizam grandes recursos econômicos para vender a sua imagem de eficácia, real ou propagandística, na promoção de alunos para os cursos superiores. A soma de recursos materiais e humanos multiplicaria a capacidade de todos os Colégios empenhados em um projeto comum.

No caso de Belo Horizonte, acrescentou-se ainda uma circunstância que facilitou os primeiros passos da união: Três dos Colégios que assumiram a iniciativa da fundação do CCI tinham tentado a experiência de convênios com Cursinhos de Pré-Vestibular para a 3.^a Série do 2.^o Grau. Depois de alguns anos de convênio, estes Colégios vinham sentindo a necessidade de recuperar a sua autonomia. Por força de convênio, os Colégios praticamente entregavam a 3.^a Série do 2.^o Grau nas mãos do Cursinho que impunham seus professores, suas apostilas, seu sistema educacional e sua filosofia de

educação. De certa forma, o Colégio ficava subordinado ao Cursinho, reconhecendo publicamente sua incapacidade de trabalho em nível de pré-vestibular.

Por que não poderíamos unir forças, caminhar juntos, e inclusive, oferecer a outros Colégios Católicos condições de integrar-se em um trabalho conjunto?

Colégios Cristãos Integrados

O CCI surgiu como fruto de reflexões e encontros promovidos pela AEC/MG, que já vinha incentivando outros meios de integração dos Colégios Associados: O Centro Interescolar de Profissionalização (tentando um trabalho conjunto na promoção de cursos profissionalizantes), o Centro Interescolar de Pastoral (para a reciclagem permanente e a atualização dos agentes de pastoral dos Colégios), e o Centro Interescolar de Pastoral de Juventude (que atua através de encontros periódicos de jovens e adolescentes de diversos estabelecimentos).

No segundo semestre de 1974 começou a ser estudada a possibilidade de iniciar uma nova experiência de integração na linha de coordenação pedagógica. Colocaram-se de início dois problemas:

a) Quantos Colégios e quais seriam os convocados para estudar a concretização da idéia e para participar na primeira etapa da integração?

Estava claro, desde o início, que uma das finalidades do CCI seria a de abrir perspectivas de participação para outros Colégios, mas pa-

receu-nos arriscado iniciar uma experiência nova, dispendiosa e complexa com um número grande de participantes. Seria necessário dar um primeiro passo com um número mais reduzido, montar uma estrutura firme para depois abrir gradativamente o CCI à participação de outros Colégios.

Assim, pareceu melhor que o número de Colégios integrados no primeiro passo fosse reduzido a quatro. Daí o nome escolhido de CCI-4 (Colégios Cristãos Integrados-4). Os quatro Colégios eram mistos, dirigidos por Congregações Religiosas Masculinas e de uma forte tradição pedagógica em Belo Horizonte: Santo Antônio (Franciscanos), Dom Silvério (Maristas), Santo Agostinho (Agostinianos) e Loyola (Jesuítas).

b) Um segundo problema dizia respeito ao nível (extensão e profundidade) da integração pedagógica a ser tentada nos primeiros passos da experiência. Ficou claro que deveríamos partir de um trabalho conjunto nas terceiras séries do segundo grau, mas deixando aberta e definida a idéia de que este seria apenas um primeiro passo a caminho de uma integração maior.

Iniciamos assim uma experiência em aberto; um começo de caminhada, cujo ponto de chegada não conhecíamos, e ainda podemos dizer que não conhecemos.

Os primeiros passos

Nesta primeira etapa foram contratados oito coordenadores, um para cada uma das cadeiras incluídas na

3.^a Série do 2.^o Grau, entre os próprios professores dos Colégios. Uma vez que o CCI não teria personalidade jurídica, pelo menos de início, cada um dos Colégios contratou para efeitos legais e assumiu-lhes as despesas trabalhistas dos destes coordenadores. As funções estão descritas abaixo.

Cada Colégio contribuiu com uma parte na aquisição de máquinas para montar uma gráfica completa, e para cobrir as despesas de materiais e os salários dos funcionários necessários à confecção de apostilas e para outros serviços comuns. A coordenação geral ficou sob a responsabilidade direta dos quatro diretores, que trabalharam, através de reuniões periódicas, em forma de colegiado, resolvendo todos os problemas de comum acordo e sempre por unanimidade.

A estrutura de funcionamento foi a mais simples possível, a fim de permitir o máximo de flexibilidade na solução dos problemas que fossem surgindo no decorrer da experiência. Neste sentido, foi muito importante a abertura das Entidades Mantenedoras e das Províncias que permitiram aos Diretores um amplo crédito na linha de decisão.

Neste primeiro ano de funcionamento (1975), a atenção dos Coordenadores ficou quase totalmente absorvida pela elaboração das apostilas e pelo acompanhamento de sua aplicação nos Colégios, e, no caso dos diretores, pela estruturação administrativa da experiência.

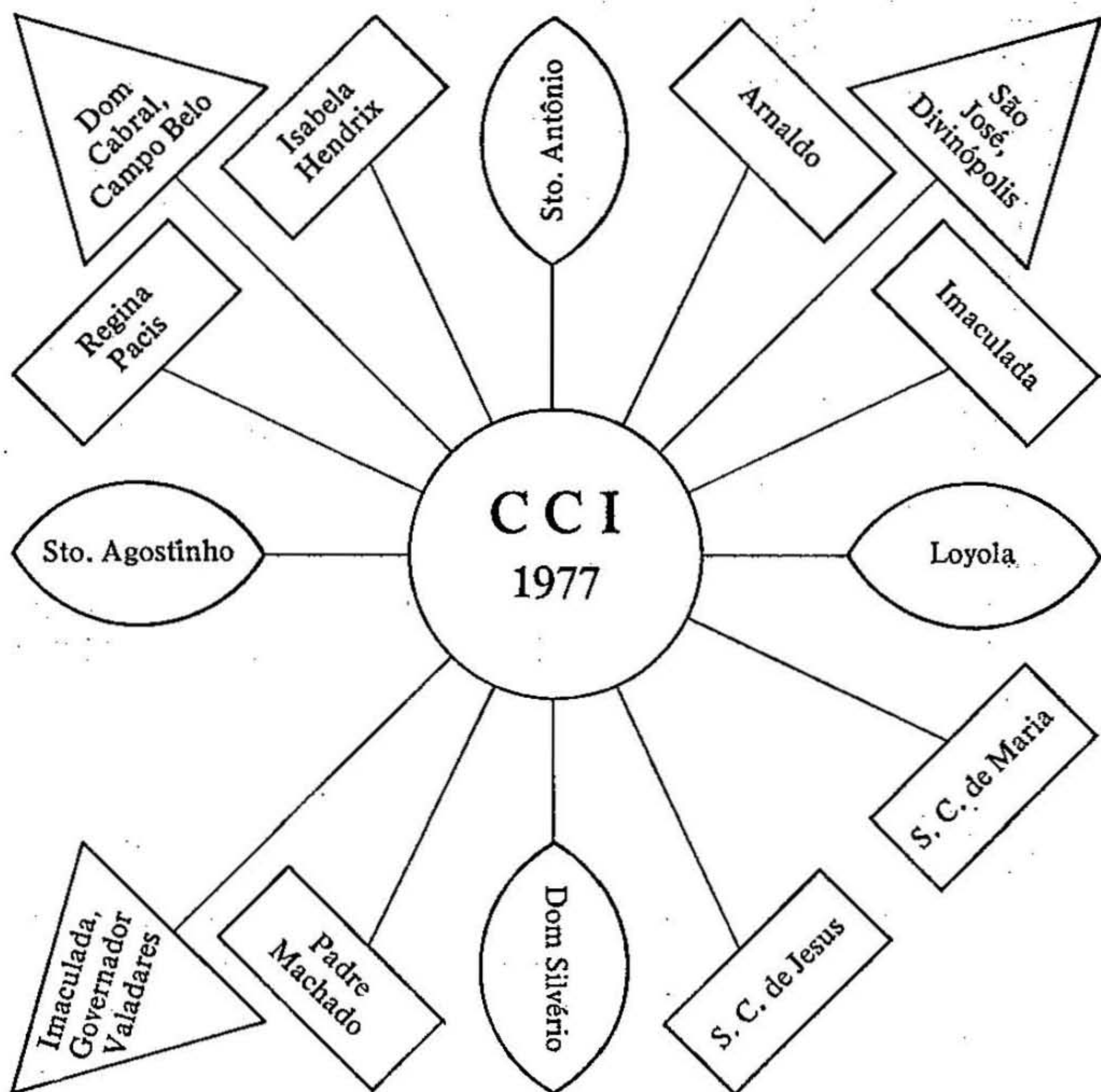
Processo de abertura

Depois do primeiro ano de experiência, e já montada a estrutura básica do CCI, partimos para uma segunda etapa do projeto. Uma das finalidades da união era chegar a construir uma estrutura forte, que pudesse oferecer apoio a outros Colégios cristãos que quisessem partir para um trabalho conjunto.

Assim, no ano de 1976, além dos quatro Colégios iniciais, uniram-se cinco novos Colégios ao CCI, que assim deixou de ser CCI-4: Imaculada (Filhas de Jesus); Regina Pacis (Missionárias Concepcionistas do Ensino); Zilah Frota (Leigos Cristãos de Belo Horizonte) e o Colégio São José dos Irmãos Maristas, de Montes Claros e Colégio dos Jesuítas, de Juiz de Fora.

E em 1977 estão entrando a participar do CCI novos Colégios. De Belo Horizonte os Colégios: Arnaldo (Padres do Verbo Divino); Machado (P. Barnabitas); Sagrado Coração de Jesus (Servas do Espírito Santo) e ainda o Colégio Isabela Hendrix (dos Metodistas); e, do interior, os Colégios Imaculada, de Governador Valadares (Irmãs Clarissas Franciscanas) e São José, de Divinópolis (Irmãs de Nossa Senhora da Piedade).

Temos assim, em 1977, 14 Colégios integrados, sendo 11 de Belo Horizonte e 3 do interior do Estado. Com a integração do Colégio Isabela Hendrix concretizou-se a abertura ecumênica, que tinha sido aceita como possibilidade desde o início das atividades do CCI.



○ Colégios Fundadores □ C. I. Capital △ C. I. do Interior

Estruturação

Esta ampliação do número de Colégios integrados e o próprio desenvolvimento da experiência de um trabalho integrado complexo foi tornando necessário dar ao CCI uma infra-estrutura capaz de garantir a sua continuidade e um regimento interno que definisse, de maneira simples, a forma de funcionamento des-

ta união de Colégios. Esta estruturação foi elaborada no decorrer do ano de 1976, já com um ano e meio de experiência do CCI.

1. Em nível de Direção, ficou definido que haveria uma Direção Geral e um Conselho, uma vez que a participação de um grande número de pessoas em nível de decisão, iria tornar estas decisões mais difíceis. A

DIREÇÃO GERAL é constituída pelos diretores dos quatro Colégios fundadores. Eles assumem, em pé de igualdade, a responsabilidade geral e as despesas de montagem e funcionamento do CCI.

Suas atribuições da Direção Geral:

I. Marcar as diretrizes gerais, filosóficas e pedagógicas da atuação do CCI.

II. Assumir a responsabilidade última pela administração.

III. Contratar, dispensar e determinar salários de Coordenadores e funcionários.

IV. Aceitar novos Colégios e determinar as condições de integração dos mesmos.

V. Assumir em cada um dos quatro Colégios, a contratação legal dos Coordenadores e funcionários, recebendo para isto, quando possível, os recursos da caixa comum, da forma que eles acordarem.

Esta Diretoria Geral funciona em forma de Colegiado, sendo necessário o acordo de, pelo menos três membros, para as decisões de maior vulto. Reúnem-se periodicamente e não recebem salário pelo exercício de suas funções.

2. Os Diretores dos outros Colégios, que se vão integrando no CCI, passam a constituir, quando reunidos, o **CONSELHO**, cujas atribuições se definem nas áreas de avaliação, revisão e acompanhamento das atividades do CCI; apresentação de sugestões para maior eficiência das atividades do grupo; providenciar o contato de seus professores com os

coordenadores nos horários e dias previstos. Este Conselho reúne-se periodicamente para um acompanhamento permanente das atividades do CCI.

3. A experiência mostrou a necessidade de contratar os serviços de um **COORDENADOR EXECUTIVO GERAL** para organizar e supervisionar todas as atividades conjuntas, uma vez que a responsabilidade de um grande Colégio não permite aos Diretores uma dedicação maior às atividades conjuntas. No fim de 1976 foi contratado este Coordenador Geral, cujas atribuições são definidas nos seguintes itens:

I. Organizar e supervisionar toda a atividade didático-pedagógica do CCI dentro das diretrizes marcadas pela Direção Geral.

II. Analisar, estruturar e supervisionar a organização administrativa do CCI e os serviços de datilografia, impressão, desenho e contabilidade.

III. Coordenar as reuniões dos Coordenadores de Cadeiras e determinar a forma de entrega das apostilas, mantendo contato pessoal constante com os mesmos.

IV. Supervisionar as reuniões dos Coordenadores de Cadeiras com os seus professores, analisando e conservando as atas das mesmas.

V. Apresentar à Direção Geral, no princípio de cada período letivo, o plano de trabalho, orçamentos, calendário de atividades, etc.

VI. Organizar, estruturar e supervisionar a aplicação dos testes gerais de avaliação.

Este Coordenador recebe um salário estipulado pela Direção Geral, participa das reuniões de Diretoria, quando convocado e apresenta análises periódicas do andamento do trabalho conjunto.

4. Os COORDENADORES DE CADEIRA são pessoas especializadas nas áreas de estudo, de confiança da Direção Geral, escolhidas de comum acordo e contratadas legalmente em um dos Colégios. São suas funções:

I. Elaborar e atualizar a cada período letivo as apostilas de sua cadeira.

II. Entregar as apostilas nos prazos e condições pré-fixadas pela coordenação executiva.

III. Reunir-se periodicamente com os professores dos Colégios integrados, de acordo com as determina-

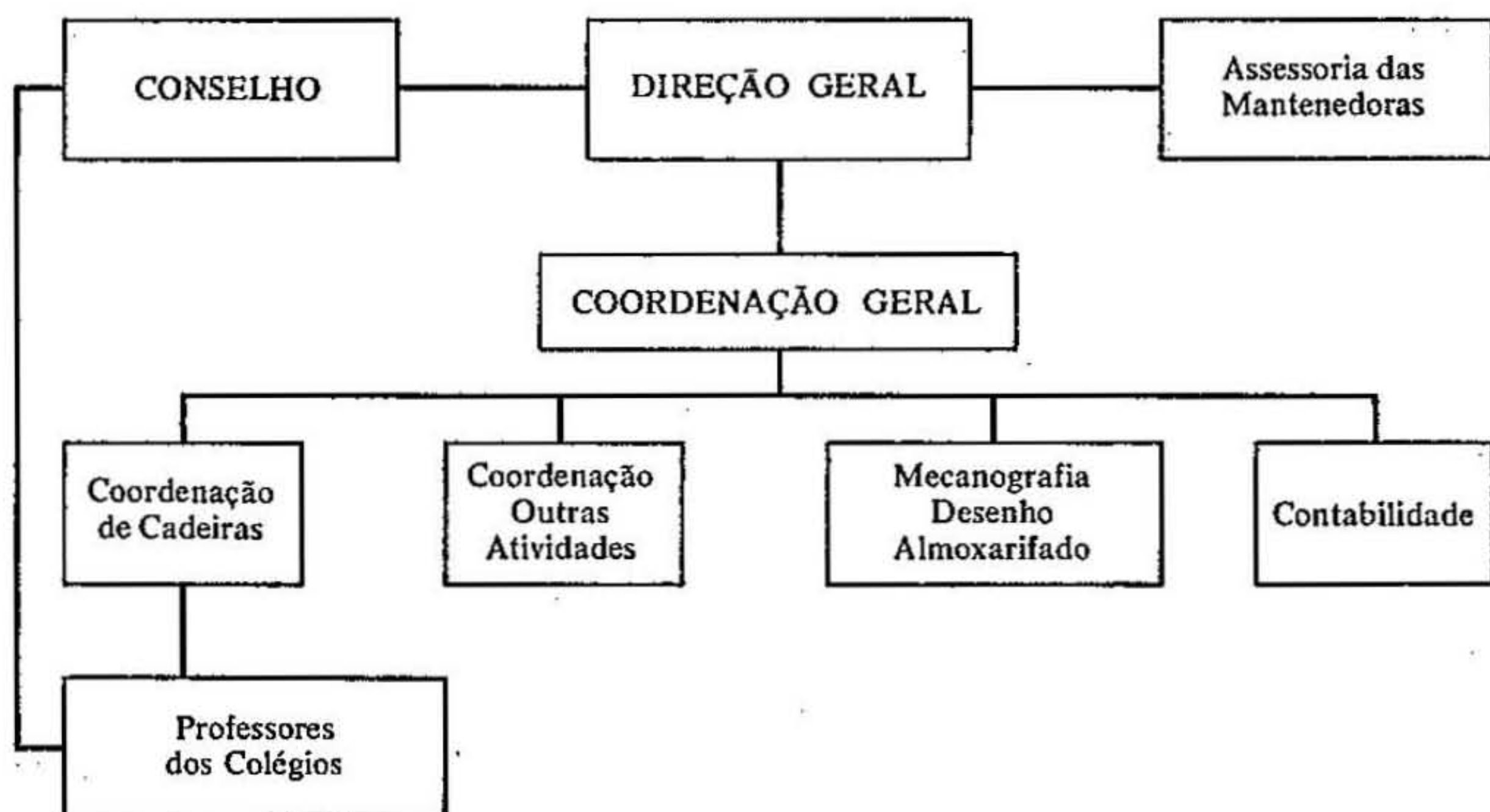
ções da Coordenação Executiva para orientar os trabalhos de sua área.

IV. Reunir-se periodicamente com os outros Coordenadores de Cadeiras, nos períodos previstos em calendário, ou nas reuniões extraordinárias convocadas pela Coordenação Executiva.

V. Elaborar testes de avaliação e revisão para aplicação nos prazos e condições determinadas pela Coordenação Executiva.

VI. Sugerir nomes aos Colégios para professores de sua área, quando solicitados.

5. Os SETORES DE APOIO, datilografia, desenho, contabilidade, almoxarifado, etc., têm no Regimento a definição de suas funções que não oferecem novidade especial. Temos assim o seguinte **ORGANOGRAMA** geral do CCI:



Avaliação

1. Trata-se, portanto, da união de um grupo de Colégios Cristãos que decidiram somar recursos humanos e materiais, em vista de uma melhor prestação de serviços. Inicialmente, esta união visa a intensificação do trabalho pedagógico na terceira série do segundo grau. Progressivamente vai atingindo o mesmo trabalho pedagógico nas séries anteriores, e o trabalho conjunto em outros setores de atividades: pastorais, esportivas, culturais, etc. É um tipo de integração *sui generis*, uma vez que respeita em sua totalidade a estrutura, a administração e as características individuais de cada uma das Instituições.

2. No início do seu terceiro ano de existência, todos os responsáveis pelos Colégios Integrados concordam em que, apesar de que ainda resta muito caminho por andar, o CCI representa um passo positivo; é uma experiência válida; a integração deve ir se estendendo progressivamente a outros setores de atividades dos Colégios participantes.

3. Ainda nos preocupa a falta de uma estrutura jurídica e legal definida. Vem sendo estudada, desde o ano de 1976, a possibilidade de constituir uma entidade civil independente, talvez com as características de uma editora. A constituição legal dessa editora CCI, viria a resolver definitivamente os problemas de venda de apostilas, problemas de contratação de funcionários comuns, de direitos autorais, etc.

A principal dificuldade neste setor diz respeito à integração legal de várias entidades mantenedoras de fins beneficentes, para a constituição de uma nova entidade civil, que legalmente seria considerada como tendo fins lucrativos. Caso se chegue a constituir esta entidade civil seriam sócios legais apenas os quatro Colégios fundadores, a fim de evitar uma estrutura extremamente complexa com a participação de 15 ou 20 entidades mantenedoras de estrutura pesada.

Pensou-se também na possibilidade de ligar esta entidade, para efeitos legais, apenas a um dos Colégios. Os estudos estão em fase avançada e deve-se chegar a uma decisão ainda no primeiro semestre de 1977.

4. A freqüente mudança de religiosos na direção dos Colégios constitui uma preocupação real. No entanto, as mudanças havidas até o presente — em dois anos já foram transferidos dois dos Diretores dos quatro Colégios fundadores e vários diretores dos outros Colégios — não afetaram o desenvolvimento da experiência. Mesmo assim, não deixa de constituir um ponto de interrogação quanto ao futuro da experiência.

5. Uma avaliação do custo de produção de apostilas em gráfica própria, levou-nos a firmar contrato com uma gráfica para a elaboração das apostilas em 1977, encerrando assim, ao menos por enquanto, as atividades da gráfica própria.

6. Parece que em 1977 estarão resolvidas as dificuldades de convocação de reuniões periódicas com

os professores de todos os Colégios. A revisão do trabalho dos dois primeiros anos levou-nos a tomar medidas neste sentido. As reuniões serão mensais, devidamente remuneradas pelos Colégios e em horários previamente determinados.

7. Até o momento o CCI representou uma carga econômica para os quatro Colégios que o constituíram e lhe assumiram a responsabilidade econômica. Acreditamos, no entanto, que nos próximos dois anos, será possível recuperar o dinheiro investido até hoje. Os editores consideram que a melhoria no serviço prestado, a união de forças e o serviço prestado a outros Colégios compensam com vantagens este investimento.

8. Ainda resta muito caminho por andar no setor de extensão da Coor-

denação Pedagógica às séries anteriores. Em 1977 foi apresentado pelos Coordenadores um programa mínimo a ser desenvolvido na 1ª e 2ª séries do 2º grau nas respectivas cadeiras.

9. Pretende-se também ampliar as atividades comuns a outras áreas, principalmente através de uma participação mais ativa dos Colégios em todas as atividades organizadas pela AEC/MG, uma vez que praticamente a totalidade dos Colégios Integrados faz parte daquela associação.

10. Finalmente, a experiência parece-nos viável em qualquer cidade ou Estado, e válida como esforço de caminhada numa linha de ecumenismo interno, ou de partilha dos próprios recursos.

B R E V E S — I

Val ser lançado pela CRB-Nacional o Curso do P. Luigi Ruffa S.J. sobre **Liderança e Comunicação na Vida Religiosa**, à luz da psicologia profunda. Será em Itaici, de 2 a 7 de Setembro. O prospecto será enviado a todos os Provinciais no mês de maio. Haverá 200 vagas. Terão precedência total os religiosos e religiosas membros de Províncias ou Casas associadas à ELO.

NOVAS PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DOS RELIGIOSOS NA ÁREA DA SAÚDE

O Brasil é um país com altíssimo percentual de pessoas enfermas. Entre as quase 40.000 Religiosas, cerca de 14.000 atuam na área da saúde. A CRB-Nacional constituiu em 1976 um **GRUPO DE TRABALHO DA SAÚDE (GTS)**, para assessorá-la no serviço mais eficaz aos religiosos e às religiosas que se dedicam à saúde de nosso povo. O GTS reúne-se mensalmente na sede da CRB. Está constituído pela Irmã Cecília Behring (Filha da Caridade), Irmã Maria Olímpia Magalhães Nogueira (Providência de Gap), Irmã Eunice Benato (São José de Chambéry), Irmã Filomena Alvim (Irmãs de Santa Catarina), Irmã Teresinha Lanhi (Franciscanas do Coração de Maria) e pelo Pe. Júlio Munaro, Camiliano, que é o Coordenador do GTS. **CONVERGÊNCIA** a partir de agora será o grande instrumento de divulgação dos frutos e trabalhos do GTS e de comunicação sua com os Religiosos e Religiosas do Brasil. Se você atua na área da saúde, não deixe de seguir o que aqui se publica pensando em você. Manifeste também o que pensa, escreva ao GTS, faça valer para os outros a sua própria experiência.

Pretendemos neste trabalho abordar de modo especial a importância do papel das religiosas no serviço de saúde no Brasil. O mundo é o ponto de partida e de chegada. Entretanto o homem é capaz de criar uma distância entre ele e o mundo. Mas pode também aproximar-se dele, conhecendo-o.

Conhecer é olhar para alguma coisa, admirá-la, e tentar, através da

compreensão, integrá-la em nós. O homem será tanto mais integrado no mundo e consigo mesmo quanto melhores condições encontrar para construir um ambiente mais sadio. Cabe, pois, aos homens, manter sua saúde dentro dos padrões normais, trabalhando nas causas antes que surjam os efeitos patológicos. O servir cristão, a caridade evangélica, o espírito de se dar realiza a

pessoa humana. Todo homem tem um ideal; toda vida; um objetivo. O ideal por amor, mantendo equilíbrio ordenado pelo próprio criador, orientando os que têm saúde para que não adoçam e auxiliando na recuperação dos que dela necessitam.

O Conselho Pontifício COR UNUM lançou um documento so-

bre **A Igreja e os problemas de saúde nos países em vias de desenvolvimento**. Ele é de real importância para nós, religiosos cuja missão é o serviço de saúde no Brasil. Na perspectiva do tema central da XI AGO da CRB, ele nos dará critérios para uma reta avaliação de nossa presença de religiosos neste aspecto da realidade de nosso país.

A IGREJA E OS PROBLEMAS DE SAÚDE NOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO

O Conselho Pontifício COR UNUM foi encarregado de coordenar as atividades da Igreja no campo da saúde a fim de torná-las mais eficientes em sua atuação. Um grupo de trabalho integrado por médicos, enfermeiras e outros especialistas, reuniu-se, em Roma (30, 31 de março e 1.º de abril de 1976) a fim de estudar "como enfrentar os problemas de saúde e de doença nos países em vias de desenvolvimento".

O resultado de seu trabalho não visa fórmulas a serem ditadas ou métodos a serem impostos, mas, antes, uma tomada de consciência de quanto se faz atualmente, daquilo que cada um fez até agora nas condições próprias de cada país e apresentar sugestões para o futuro.

1. Princípios básicos de atendimento à saúde

1.1. **O problema.** Hoje em dia, um bilhão de pessoas aproximadamente ainda não gozam do benefício

de serviços de saúde organizados. As comunidades humanas menos favorecidas, que se encontram geralmente nos meios rurais e nas favelas urbanas, constituem o centro das preocupações da Igreja que, historicamente, pela sua atividade missionária, sempre figurou entre os pioneiros na prestação de serviços de saúde para tais camadas da população nos países hoje considerados em vias de desenvolvimento.

Apesar do esforço internacional e das políticas nacionais para melhorar as condições de saúde, apesar da contribuição considerável e contínua das Congregações Religiosas, das Igrejas locais e das entidades beneficentes, a grande maioria dos homens continua vivendo em meio ambiente insalubre, vítima de um sem-número de doenças que acarretam morte prematura, enfraquecimento orgânico e muitas enfermidades. Tudo isto contribui para que persista o baixo nível de vida que caracteriza as regiões e os setores menos favorecidos.

1.2. Aspectos políticos. O problema é, em grande parte, de ordem política. A solução requer, de um lado, uma consciência política nacional e internacional e uma colaboração efetiva; de outro lado, as comunidades interessadas devem ser estimuladas a assumir uma atitude de dinamismo que lhes possibilite a autodeterminação no campo do desenvolvimento.

A preocupação da Igreja no tocante à justiça social, está na base de seus esforços incessantes para chamar a atenção sobre a necessidade de desenvolver a economia agrária em tais países. Neste sentido, a própria Igreja encoraja os programas que visam melhorar as condições de saúde, de alimentação, de educação, de habitação e as condições gerais de vida. Nestes dois campos, os membros da Igreja são muito ativos, sobretudo entre os deserdados dos meios rurais e as pessoas desprovidas do mínimo indispensável no Terceiro Mundo.

1.3. Igreja e Governo. A organização da Saúde Pública é de responsabilidade dos governos. Longe de querer substituir os programas nacionais ou fazer-lhes concorrência, a Igreja procura, sempre que possível, conjugar seus esforços com os do governo e apoiar, pelo seu trabalho, os programas já existentes.

Com este objetivo, a Igreja encoraja seus membros, não somente a coordenar seu trabalho em nível internacional, mas também a coordenar em nível nacional suas atividades com os programas de saúde do governo.

Nos países em que o governo concentra progressivamente em suas mãos todos os serviços de saúde, a Igreja não pode ignorar tal fato na organização de suas atividades. Há de manter viva a consciência de que estas devem ser orientadas para as camadas populares menos favorecidas.

1.4. Aspectos sócio-econômicos. O desenvolvimento tem por objetivo promover todos os homens e o homem em todos os seus aspectos. A saúde é apenas uma parte desse processo. O desenvolvimento sócio-econômico deve proporcionar às atividades de saúde uma infra-estrutura sem a qual o desenvolvimento jamais alcançaria resultados estáveis sobre o bem-estar mental, físico e social da comunidade. A Igreja procura situar suas atividades de saúde num contexto de ação comunitária e de desenvolvimento integral, destinado a melhorar o nível de vida sócio-econômico, especialmente nas regiões rurais. Assim, o problema de pobreza nos meios rurais é enfrentado em seu conjunto através do desenvolvimento dos meios de comunicação, de obras públicas (estradas, pontes, etc.), da habitação, da agricultura, da educação e também da saúde. A melhoria dos meios de transporte tem, muitas vezes, contribuído para resolver um dos maiores problemas dos serviços de saúde nos meios rurais, como a distribuição da população e também o da distância entre os serviços existentes e a população que deles se serve.

1.5. Índices epidemiológicos. Qualquer programa de saúde deve

basear-se em dados epidemiológicos locais. Também é necessário conhecer e identificar as necessidades e as prioridades estabelecidas pela comunidade local a fim de poder atendê-las. Por mais pobre e ignorante que se apresente a comunidade, é preciso encorajá-la a descobrir e manifestar suas necessidades essenciais. Já fizemos notar que as condições de saúde de uma comunidade são influenciadas pelo conjunto das medidas econômicas e sociais destinadas a melhorar seu nível de vida.

1.6. Aspectos demográficos. Não é necessário, nem seria realista, aguardar uma coleta completa de dados antes de iniciar qualquer serviço de saúde nos meios rurais. Mas nem por isso deixa de ser útil o levantamento de dados demográficos (como idade e sexo dos grupos) a fim de ter uma idéia das pessoas a que se destina o serviço. É um fato sobrejamente conhecido que, em geral, 40 por cento da população dos países em vias de desenvolvimento é constituída de crianças abaixo de 15 anos e que vinte por cento da mesma população é formada por mães — em grande parte gestantes — o que indica a importância dos serviços de atendimento à maternidade e à infância.

1.7. Meio ambiente e saúde. Nos meios rurais, os cuidados de higiene elementar são uma necessidade básica. Por falta de higiene os riscos de infecção são elevados e predominam as moléstias parasitárias, bacterianas ou provocadas por vírus. Sempre que possível, dever-se-ia dar

prioridade absoluta aos projetos de abastecimento de água. São projetos de fácil execução: canalização de águas, utilização de vertentes, instalação de fontes públicas e tanques que muito contribuem para a promoção da limpeza e da higiene pessoal e coletiva. Também é importante ter presente o fator higiene na construção de casas, como a instalação de sanitários e a eliminação de detritos. Tais projetos favorecem a participação de toda a comunidade que, além do mais, poderia ser motivada para uma educação sanitária, ministrada por pessoas competentes, conhecedoras do meio e integradas na comunidade.

1.8. Ampliação dos serviços de saúde. Pela escassez de recursos e de pessoal habilitado nos meios rurais, acrescidos pela dispersão da comunidade e pelas dificuldades de transporte e de comunicação, é ilusão esperar um desenvolvimento rápido dos serviços de saúde, com capacidade suficiente para atender 85% da população rural em qualquer país em vias de desenvolvimento e que ainda não possua nada ou muito pouco neste setor. Um desenvolvimento rápido requer adaptação às condições locais. De mais a mais, a experiência demonstra que a medicina moderna é excessivamente complicada para se adaptar às necessidades imediatas de tal tipo de população.

Os pilares sobre os quais se assentam a estruturação e o desenvolvimento dos serviços de saúde são, de uma parte, a determinação política das autoridades constituídas e, de outra, a participação comunitária

descentralizada. Quanto aos meios para a realização de tal desenvolvimento, embora seja impossível achar uma solução ideal, aplicável a todas as situações, é necessário que sejam tão simples quanto possível, mas sem prejudicar o bom funcionamento do sistema. Para tanto, dever-se-ia contar menos com a criação de instituições e com pessoal especializado e apoiar-se mais em auxiliares selecionados e treinados, atuando na sua comunidade de origem.

1.9. Pessoal de saúde. Em quase toda parte, até hoje, deu-se ênfase ao combate das moléstias contagiosas e o resultado foi uma acentuada diminuição das mesmas. Todavia, por falta de método que assegure a continuidade de ação, tais resultados contribuíram, muitas vezes, para retardar a implantação de serviços de saúde nos meios rurais.

Não seria talvez necessária uma nova estratégia que enfatizasse, através da família, o papel da comunidade e de sua ação multi-setorial? Sua ação seria baseada na formação sólida de auxiliares de saúde que, por sua vez, suscitariam a participação da comunidade em larga escala e se tornariam pioneiros na implantação de serviços de saúde, capazes de se tornar o centro de todos os programas de saúde.

Tais auxiliares (e os colaboradores por eles formados) já estão sendo aproveitados em vários países para atender às necessidades fundamentais, de saúde da comunidade; ensinar ao povo as noções básicas de saúde e doença, garantir a partici-

pação da comunidade, controlar as doenças e descobrir meios eficazes para combater as moléstias endêmicas.

É conveniente, porém, que a atividade de tais auxiliares seja limitada e bem definida em todos os seus detalhes através de um manual que explique o que devem e o que não devem fazer em situações bem determinadas.

2. Maneiras diferentes de enfrentar as necessidades básicas de saúde

2.1. Considerações gerais. A utilização dos serviços de saúde por parte das pessoas nos meios rurais dos países em vias de desenvolvimento varia de menos 1% ao máximo de 10%. Trata-se de um problema de difícil solução. A escassez de recursos, o aumento crescente dos custos, as divergências locais, constituem a causa de problemas de ordem técnica, econômica, política e psicológica que dificultam qualquer encaminhamento de solução. Mas enquanto se espera, grande número de pessoas morre, vítima de doenças que poderiam ser prevenidas ou tratadas. Faz-se necessário estudar a solução viável para cada caso específico.

O trabalho da Igreja, tem trazido, não raro, valiosa contribuição, tornando os serviços de saúde mais acessíveis a toda a população e mais especificamente às comunidades do meio rural. Os postos de saúde montados pela Igreja podem contribuir para uma educação de saúde melhor planejada das comunidades

humanas e estimular as pessoas que as integram para que se esforcem a fim de se libertar da doença, da ignorância e da pobreza.

2.2. Qualidade da equipe de saúde. É evidente que a formação e a utilização de auxiliares de saúde e colaboradores não deve prejudicar em nada a qualidade dos serviços de saúde, mas torná-los mais rápidos e mais acessíveis à população. A instalação de uma rede funcional de serviços de saúde e sua coordenação com os serviços do governo, a implantação de medidas terapêuticas e profiláticas e uma formação adequada do pessoal que se adapte às necessidades de saúde e da realidade social da região em que atuam, são medidas que contribuem efetivamente para aumentar a eficiência do trabalho de saúde. O custo e o tempo necessários para a formação de pessoal diplomado e especializado, evidenciam a oportunidade e até mesmo a necessidade de formar, a médio prazo, um grande número de auxiliares de saúde e colaboradores que poderiam executar um trabalho bem definido em benefício do desenvolvimento da comunidade, sem prejudicar a sua profissão normal de operário, funcionário público, caseiro ou doméstica, etc.

Convém que todos os cristãos, nativos do lugar ou estrangeiros, que trabalham em postos de saúde do governo ou da Igreja, sejam pessoas engajadas e dediquem especial atenção às pessoas mais necessitadas.

2.3. Os hospitais. Os investimentos para a construção de hospitais são muito elevados. Os custos para

o seu acabamento e para a aquisição dos equipamentos necessários e sua amortização são ainda mais onerosos. Dos 26 países estudados pela OMS, 16 gastam mais de 50% de seu orçamento para atender às necessidades hospitalares. Nos países industrializados, verifica-se a tendência de fechar os pequenos hospitais e de integrar os hospitais especializados nos hospitais gerais. Tal tendência, porém, não deve ser levada ao extremo, se quisermos evitar construções demasiado grandes e desejarmos manter a chamada interação social (exemplo, pessoas idosas). Nos países em vias de desenvolvimento, a Igreja empregou muito dinheiro em hospitais (construção e equipamento), cuja manutenção e funcionamento, hoje, oneram muito o seu orçamento. Impõe-se o dever de escolhas e decisões neste campo.

2.4. Redução dos custos hospitalares. Entre as medidas possíveis para a diminuição do custo e ao mesmo tempo para a melhoria do rendimento dos serviços hospitalares, o grupo de trabalho apresenta as seguintes, que podem ser adotadas desde que aceitas pelas autoridades responsáveis pelos serviços de saúde:

1. Definir os diferentes serviços, fazendo uma análise funcional dos mesmos. Substituir parte do pessoal diplomado por auxiliares treinados e capazes de seguir de perto, mas de maneira flexível, as instruções contidas em manuais simples e claros que indicam os sintomas e os processos de diagnóstico das doenças, seu tratamento e os métodos de elaboração de relatórios.

2. Serviços divididos e transferíveis, de modo que os postos periféricos, simples e modestos, onde trabalham os auxiliares de saúde, possam encaminhar os pacientes cujo tratamento ultrapasse a sua competência para hospitais da cidade ou hospitais melhor equipados.

3. Elaborar listas de medicamentos e equipamentos padronizados a fim de facilitar compras por atacado, diminuindo os custos. Facilitar a preparação de medicamentos no local e evitar a compra de medicamentos caros e inadequados para uso na região.

4. Em caso de internação, organizar racionalmente a distribuição dos pacientes, recorrendo a unidades de tratamento intensivo, leitos para casos graves e leitos para casos crônicos, a fim de manter um nível eficiente de tratamento no hospital.

5. Organizar um serviço de extensão para visitas regulares à população fora do hospital, a fim de suprir o serviço de ambulatório e implantar serviços preventivos.

6. Fortalecer a administração do hospital que, graças à sua eficiência e boa organização, poderá reduzir a despesa total em cerca de 30%.

2.5. Serviços preventivos. Dado que os serviços terapêuticos tornam-se cada vez mais dispendiosos, a prevenção da doença torna-se logicamente mais barata (além de ser mais humana) que seu tratamento. O exemplo do Brasil foi citado: um programa de vacinação de onze milhões de pessoas custou menos de

50% do tratamento de duas mil pessoas portadoras da moléstia contra a qual foi aplicada a vacina.

A extensão dos serviços médicos fica condicionada à realidade epidemiológica local, à possibilidade de encaminhamento dos pacientes para hospitais e à facilidade de acesso aos mesmos. Os serviços preventivos podem ser executados pelos auxiliares de saúde e seus colaboradores em muitos dos seguintes casos ou mesmo em todos:

a) Proteção de saúde da mãe e do filho, podendo-se manter em atividade as parteiras tradicionais.

b) Controle das doenças contagiosas, com imunização das crianças, de acordo com as epidemias que predominam no local.

c) Saneamento do meio ambiente, tomando medidas simples para proteger ou instalar a distribuição de água, correta eliminação de detritos, bem como medidas que garantam a higiene nas casas.

d) Educação sanitária da população, sobretudo no tocante ao controle das doenças, bem estar da família, cuidado das crianças, alimentação e higiene.

e) Cuidados de saúde pública na comunidade, abrangendo o diagnóstico de doenças em caso de ausência do médico.

As unidades móveis, deveriam ser de preferência polivalentes e não especializadas. Seu emprego deveria ter caráter provisório pois são muito caras e a prática mostra que sua eficiência é inferior à de um posto

de saúde estrategicamente instalado, por mais modesto que seja. Este atende melhor à necessidade de cuidados continuados, com possibilidade, além do mais, de organizar os trabalhos de saúde pública na região.

2.6. Cuidados básicos e saúde. Os termos "Serviços rurais de saúde", "Programação rural da saúde", e "Cuidados primários da saúde" são maneiras diferentes de indicar o esforço realizado durante os últimos vinte e cinco anos para levar até à população uma determinada quantidade de serviços de saúde. Notou-se, entretanto, que planos centralizados não alcançarão êxito se não assumirem as reais necessidades da população a que se destinam.

2.7. Necessidade de diferentes grupos etários e da comunidade global. Grandes progressos foram feitos nos últimos anos para manter um nível mínimo de cuidados para recém-nascidos, lactantes, crianças em idade pré-escolar, escolares, mulheres gestantes, bem como para toda a população de acordo com os métodos acima indicados. Cada grupo etário tem necessidades próprias que variam segundo o país, meio ambiente, a cultura, etc. A abordagem deste problema consiste em identificar a maneira pela qual, as medidas essenciais de promoção da saúde, de profilaxia, para cada grupo etário, podem ser implantadas com os recursos locais, dentro de um quadro de serviço comunitário de saúde, baseado na família. A metodologia assim dividida poderia ser objeto de um supervisor que forneceria aos auxiliares as instruções necessárias e

que eles, por sua vez, executariam de maneira flexível e adaptada às circunstâncias.

Até aqui citamos o documento COR UNUM.

QUESTIONAMENTO

I

A solução do problema de saúde, diz o documento "requer uma consciência política nacional e internacional e um estímulo à auto-determinação das comunidades no campo de desenvolvimento sócio-econômico".

Perguntemo-nos: Até que ponto as comunidades têm sido estimuladas a assumir o seu próprio desenvolvimento? O que temos feito em favor da libertação dessas comunidades, no campo de seu desenvolvimento integral? Como tem sido enfrentado o problema de saúde no Brasil?

2

O papel da Igreja, diz o documento, é de "conjugar seus esforços com os do governo e apoiar, pelo seu trabalho, os programas existentes mantendo viva nos países em que o governo concentra progressivamente em suas mãos os serviços de saúde, a consciência de que suas atividades devem ser orientadas para as camadas populares menos favorecidas".

Perguntemo-nos: Nossos hospitais, em especial aqueles que são mantidos pelas Congregações, se orientam para os menos favorecidos? Até que ponto estão as religiosas, no campo

de saúde, inseridas nos serviços e programas do governo? As religiosas têm sido orientadas pelas suas Províncias para um trabalho de saúde além do atendimento nos hospitais e ambulatórios e postos de saúde?

3

Os programas de saúde, além de basear-se em “dados epidemiológicos”, diz o documento, devem “conhecer e identificar as necessidades e as prioridades estabelecidas pela comunidade local”.

Perguntemo-nos: As religiosas inseridas no campo de saúde têm consciência do dever de conhecer a comunidade local? Que providências têm sido tomadas pelas Províncias a fim de dar às religiosas um conhecimento das realidades sociais do campo onde atuam?

4

Lembra o documento que a “população dos países em vias de desenvolvimento é constituída de crianças, num total de 40% com menos de 15 anos e de mães, abrangendo os 20% da população, daí a importância dos serviços de atendimento à maternidade e à infância”.

Perguntemo-nos: Nossos serviços de saúde se preocupam, de modo especial com a criança e a mãe? Que programas de atendimento à criança têm desenvolvido nossos planos de saúde?

5

Faz uma advertência bastante proveitosa, dizendo que “dever-se-á contar menos com a criação de instituições e com pessoal especializado e apoiar-se mais em auxiliares selecionados e treinados, atuando nas comunidades de origem”.

Perguntemo-nos: Tem sido essa a linha das Províncias ao pretender atuar ou assumir o trabalho no campo de saúde? Qual é a preocupação do pessoal capacitado, religiosos, na formação de auxiliares? Essa formação tem sido em vista das necessidades das comunidades locais ou de garantir o funcionamento das instituições hospitalares? As religiosas são orientadas para a formação de auxiliares ou limitam sua ação à área de sua enfermaria, do seu hospital, do seu ambulatório ou posto de saúde? Que lugar tem ocupado nos planos provinciais a liberação de pessoal para a formação de auxiliares de saúde?

Urge, diz o documento, “tornar os serviços de saúde mais rápidos e mais acessíveis à população”. Que tem feito as Congregações para novas implantações no campo da saúde? Que lugar ocupa o trabalho de prevenção à doença e preservação da saúde?

Analisando o problema, constatando que “hoje em dia, um bilhão de pessoas aproximadamente ainda não goza do benefício de serviços de saúde organizados”, que “a grande

maioria dos homens continua vivendo em meio ambiente insalubre, vítima de um sem número de doenças", e que "nos meios rurais dos países em vias de desenvolvimento, a utilização dos serviços de saúde por parte das pessoas varia de menos 1% a 10%", orienta o documento para: "A instalação de uma rede funcional de serviços de saúde, e sua coordenação com os serviços do governo, a implantação de medida terapêuticas e profiláticas e uma formação adequada do pessoal que se adapte às necessidades de saúde e da realidade social da região em que atua".

As pistas abordadas acima darão oportunidade para um reexame do que tem feito a Congregação no campo de saúde, o que poderá fazer com os recursos que tem e as providências a serem tomadas nos planejamentos futuros.

3. Conclusão

"A Igreja sempre se interessou pelo problema da saúde. A história

da Igreja nos mostra que, através dos séculos, ela sempre se preocupou em aliviar o sofrimento e promover o bem estar nos mais variados meios sócio-econômicos e culturais do mundo. A miséria que reina em muitas regiões hoje leva-a a reforçar ainda mais este seu trabalho em todos os níveis. Reconhece que a saúde e o trabalho sanitário são de importância capital e pretende continuar a sua obra para apoiar a ação governamental onde se fizer necessário e sempre a serviço dos mais desfavoráveis com todos os meios que estiverem à sua disposição".

A Você que leu e refletiu sobre o tema exposto, solicitamos a fineza de nos enviar por escrito o seu parecer sobre este artigo endereçando-o à:

CRB-Nacional — GTS
Rua Dom Gerardo, 40 — 6.º andar ZC-05
20.000 Rio de Janeiro — RJ.

Antecipadamente somos agradecidos pela valiosa contribuição e por tudo de bom que Você já realizou e continuará a realizar.

Grupo de Trabalho da Saúde (GTS)

Pe. Júlio Munaro, Camiliano

Ir. Cecília Behring, Filha da Caridade

Ir. Maria Olímpia Magalhães Nogueira, Providência de Gap

Ir. Eunice Benato, S. José de Chambéry

Ir. Filomena Alvim, Irmãs de Santa Catarina

Ir. Teresinha Lanhi, Franciscanas do Coração de Maria

OS RELIGIOSOS E A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA

Pe. Matias Martinho Lenz, S.J.

I. AÇÃO SOCIAL PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA

Diz um provérbio chinês que há quatro coisas que não têm volta: a palavra proferida, a seta desfeçada, a água que passou pelo moinho e a oportunidade perdida. A oportunidade que a nós religiosos do Brasil se apresenta e que importa não perder é de procedermos a uma revisão do nosso compromisso na luta pela promoção da justiça, no contexto da preparação da XI Assembleia Geral Ordinária da CRB.

O presente artigo visa oferecer uma contribuição, para as reflexões da **terceira fase** preparatória da Assembleia. Especialmente, visa situar a **dimensão social** do compromisso dos religiosos nesta Igreja e neste país. A intenção deste trabalho é estimular tipos de atividades que levem a uma autêntica promoção do povo, no sentido da sua participação ativa no processo do desenvolvimento do Brasil.

Para alcançar este objetivo, julgamos necessário confrontar-nos com três ordens de questões:

1. O que caracteriza o trabalho social conducente a uma autêntica promoção da justiça?

2. Onde se situam os religiosos do Brasil na luta pela promoção da justiça?

3. Desafios recentes e sugestões de ação.

a) Sentido de promoção da justiça

Justiça, no contexto bíblico-religioso, tem um significado muito abrangente, podendo ser identificado com o conceito de santidade ou perfeição. Este conceito compreende tanto nossas relações com Deus como nossas relações com o pró-

ximo. Mas não é neste sentido amplo que vamos falar aqui de promoção da justiça.

Trataremos mais especialmente de **justiça social**, que constitui uma dimensão da justiça plena buscada pelo cristão. Segundo a doutrina social cristã, a justiça social tem dois objetivos, que embora distintos, estão interligados: a redução das disparidades entre classes, setores e povos; e o crescimento dos recursos globais da sociedade. Ou, em outras palavras, a distribuição social e o crescimento econômico (1). A justiça social, de acordo ainda com a mesma doutrina, deve estar presente em todas as formas de justiça particular, como é o caso da justiça que regulamenta as trocas e os contratos (justiça comutativa), bem como da justiça que reparte entre os cidadãos os recursos e os encargos comuns (justiça distributiva).

Por promoção da justiça entendemos, pois, todo esforço tendente ao desenvolvimento harmonioso dos recursos de uma sociedade, sua melhor distribuição entre classes sociais, setores, religiões de um país e entre os povos, e mais especialmente, a criação de estruturas e instituições que possam promover tanto a criação da riqueza como sua distribuição equitativa. A distinção entre crescimento e distribuição da riqueza não nos deve induzir ao erro de pensar que a distribuição só entra em cogitação depois de concluído a fase de crescimento.

O sentido personalizante deve estar presente ao longo de todo o processo de desenvolvimento, através de

participação equitativa de todos nas diversas fases da produção e no processo de tomada de decisões. Tal participação é vista como um direito das pessoas e grupos. João XXIII, na sua encíclica **Mater et Magistra**, advertia que uma concepção humana de empresa “não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e silenciosos executores sem qualquer possibilidade de fazer valer a própria experiência completamente passivos quanto às decisões que os dirigem” (nº 89). No mesmo documento, o Papa insiste no mesmo princípio ao referir-se aos agricultores que devem ser os protagonistas da sua própria elevação (Cf. nº 141).

Em síntese, podemos dizer que a promoção da justiça compreende não só os esforços por aumentar a produção e a produtividade, mas a criação simultânea de processos de participação, tanto para produzir quanto para distribuir o que for produzido.

b) Ação social, ação caritativa, paternalismo e atividades sociais

Do que foi explanado resulta que nem toda ação rotulada de social conduz a uma maior justiça. Pior ainda, pode haver atividades sociais que — salva toda a boa vontade dos seus promotores — pouco ou nada contribuem para produzir formas mais justas de convivência entre os homens. Pelo contrário, ajudam a manter estruturas que produzem desigualdades injustificáveis e ajudam a tranquilizar a consciência

dos que se beneficiam da atual situação.

Para evitar equívocos, convém distinguir desde já a diferença entre ação social e ação caritativa.

A ação caritativa ultrapassa os objetivos próprios da ação social ou a completa. A ação caritativa entra onde a capacidade dos próprios interessados para resolver os seus problemas está seriamente reduzida ou simplesmente inexistente. É o caso dos velhos, órfãos e doentes em geral. Ainda que a sociedade, através de contribuições como a previdência social, esteja cuidando de garantir recursos para estes grupos, o atendimento aos mesmos dá margem para a prática de formas por vezes heróicas e quase sempre anônimas de caridade. A "irmã de caridade" tornou-se como que o símbolo da dedicação pessoal e do serviço desprendido aos que ainda não ou já não mais se podem valer. Sempre haverá campo para a prática desta forma de caridade, talvez a mais antiga e mais exercitada pelo cristianismo.

Ação social distingue-se da ação caritativa por dirigir-se, via de regra, a pessoas válidas e que poderão vir a assumir, mais ou menos plenamente, a responsabilidade por si próprias.

Toda ação social bem conduzida deveria criar condições para que os grupos nela envolvidos possam evoluir para a autonomia, isto é, deveria ser transformadora. O que a ação social visa transformar é o tipo de relações que se estabelece

entre as pessoas vinculadas a um projeto ou a uma ação comum.

Pensemos concretamente em algum dos muitos centros sociais mantidos pela Igreja no Brasil e frequentemente entregues aos cuidados de religiosos. O exame da eficácia de tais centros para promover a justiça deveria começar pelo exame da forma que assumem as relações que se estabelecem entre o agente exterior (o religioso, a religiosa, o técnico) e a clientela (a população do lugar, de um bairro pobre, por exemplo). Na medida em que estas relações forem assimétricas, isto é, realçarem a posição dominante o ativa do agente exterior e a posição dominada e passiva da clientela, elas tenderão a manter toda uma situação de dependência e falta de participação ativa dos envolvidos. Neste sentido, não terão sentido transformador, e sim conservador da ordem de coisas vigentes. As relações assimétricas constituem a característica principal do paternalismo. Na ação paternalista, o agente define as deficiências do bairro, decide sobre quais ele vai atender, estabelece as atividades e atende a população. Num tipo de ação não-paternalista, estas decisões e a execução passam cada vez mais para a população envolvida. Num projeto social não paternalista, o agente se torna cada vez menos necessário, podendo ser dispensável no final.

O Prof. Carlos A. de Medina, em seu provocante livro **Participação e Trabalho Social** (2), ao tratar de definir trabalho social (que nós cha-

mamos aqui de ação social), distingue-o de **atividades sociais**.

As atividades sociais são meios que devem levar à autonomia; são ações específicas. A ação social é abrangente. As atividades sociais podem expressar a ação social como também estar ausentes dela. As atividades sociais podem servir para ocultar o problema maior de uma população mantida em atitude passiva. Podemos através das atividades sociais ajudar pobres e carentes, que há em grande número. Ajudá-los no sentido técnico, adverte o Prof. Medina, é algo bom e indispensável. Mas não é algo transformador no sentido de mudar a relação de dependência em que essa massa se encontra, pois não altera a posição de cada um na relação. A necessidade maior é "que a população se capacite a assumir seus problemas e a atuar em nível de decisão" (3).

Retornaremos ao assunto, mais adiante, para examinar o tipo de ação que em geral se desenvolve nos Centros Sociais mantidos por órgãos da Igreja.

c) Características de uma ação voltada para a promoção da justiça

Em base às conceituações anteriores, e tirando-lhe conseqüências, podemos estabelecer algumas notas características de toda ação social conducente a uma ordem social mais justa.

1. Promover a justiça não é uma questão de manter obras sociais, mas de imprimir uma orientação social a qualquer obra que se mantenha.

Em outros tempos se pensava que um bom colégio ou uma boa paróquia católica cumpria sua função de promoção social mantendo uma obra social em algum bairro pobre e motivando alunos ou paroquianos a contribuir para as campanhas promovidas a favor dessas obras. Aos poucos nos demos conta de que tais obras ou centros sociais mantidos por uma instituição em geral bem dotada levam ocultos em si dois perigos: primeiro, induzir atitudes de dependência na clientela destes centros (a paróquia ou o colégio é facilmente visto como rico pelos frequentadores dos centros sociais); segundo, criar uma falsa consciência na paróquia ou no colégio de estar cumprindo com seu dever no campo da justiça, pela manutenção de uma obra assistencial. Hoje, entre os religiosos mais conscientes, cresce a convicção de que não basta manter uma obra social. É indispensável que o próprio colégio ou paróquia se voltem eficazmente para a promoção da justiça e se comprometam com a mudança em vista de uma sociedade mais justa.

Isto tanto pelos ensinamentos e tipo de educação que ministra (educação para a justiça) como pela realidade que o próprio colégio ou paróquia representam (ser exemplo de justiça social). Talvez haja obras irrecuperáveis para uma ação social eficaz. Já houve religiosos, que,

por terem se dado conta de uma tal situação, deixaram a obra por uma outra, mais apta para o fim pretendido.

2. Dar preferência às classes pobres e aos desprivilegiados é uma condição para a promoção da justiça.

Há várias razões para esta preferência. Primeiro, por que são os pobres os que mais sentem as injustiças e a opressão e por isso têm condições mais propícias para se motivarem. Outra, é que as classes abastadas dificilmente desistirão de defender a posição privilegiada que ocupam. A história parece indicar que todas as mudanças importantes e duradouras vieram de baixo para cima. Com isso não se quer negar a validade de um trabalho sério junto às classes média e alta. Mas o trabalho junto a estas camadas deverá ser qualificado pelo esforço de mudar-lhes o modo de pensar e de agir.

Esta preferência, ademais, afina com o princípio da doutrina social cristã, segundo o qual as classes pobres devem ser os protagonistas do seu próprio progresso. Por fim, esta preferência pelos pobres, além de ter um sólido fundamento no Evangelho, poderia favorecer uma pobreza mais efetiva dos religiosos.

3. A ação social é essencialmente uma ação progressiva e a longo prazo.

Uma autêntica ação social não se satisfaz em repetir indefinidamente certos métodos ou multiplicar o

atendimento a necessidades. É essencialmente inventiva. Vai criando o seu caminho enquanto caminha por ele. Tem presente toda uma estratégia de transformação à qual se sujeitam as medidas a curto prazo.

4. Constitui-se mais de ações preventivas que de atividades curativas.

Ação social bem orientada é sempre também uma ação que procura antecipar-se aos acontecimentos. De pouco valeria socorrer as vítimas de uma situação injusta, sem tratar de fazer algo para mudar a própria situação geradora de vítimas. "Nós cristãos — escreveu há tempos um sacerdote líder de um movimento internacional — curamos as pessoas das infecções sociais e as reenviamos ao meio contaminado para novamente se infeccionarem. Não faríamos melhor em agir, para modificar o próprio ambiente?" (4).

A ação assistencial tem sem dúvida sua hora e sua vez. Mas, no conjunto da estratégia, deve ocupar um lugar subordinado à meta principal de agir sobre as próprias condições de vida e de formar agentes de transformação.

5. A promoção da justiça exige ação tanto ao nível das pessoas quanto ao nível das instituições.

A ação da Igreja tem sido até hoje mais ao nível das consciências que ao nível de estruturas. Hoje somos levados a pensar que a Igreja — especificamente os religiosos nela — deverá orientar a força de sua ação educadora e o peso da

sua pressão moral para influenciar a própria alteração das estruturas. Em alguns casos, a Igreja sustentou e apoiou iniciativas pioneiras como foi a experiência de empresas comunitárias (empresas de auto-gestão, hoje bastante desenvolvidas no Chile) e de reforma agrária, algumas com repercussões apreciáveis. Mas é forçoso reconhecer que o peso institucional da Igreja no Brasil tem servido como fator de estabilidade e não como força de transformação.

O desejo de obter resultados imediatos e palpáveis pode fazer-nos negligenciar ações cujos resultados são menos palpáveis, mas por certo mais amplos e duradouros.

6. Um trabalho social tanto mais promove a justiça, quanto mais cria condições de participação efetiva dos interessados.

É um critério decisivo a ser tomado em conta na hora de montar qualquer projeto de ação social: que tipo de participação terão os interessados finais deste projeto? Numa concepção desenvolvimentista, o essencial são os resultados materiais que se produzem, o número de atendimentos que serão prestados. Já uma visão participativa, o peso passa a recair sobre o modo como os resultados foram alcançados e o grau de autonomia de ação e capacidade de organização alcançada pelo povo através do trabalho realizado.

d) Três pressupostos indispensáveis

1. A mediação necessária das ciências sociais e da compreensão à luz da fé.

Além de critérios seguros, devemos ter claros alguns pressupostos para uma ação social eficaz. Ação social não se improvisa. Não basta seguir a intuição e o coração, para ajudar a muitos de modo duradouro. Seria uma temeridade se nós religiosos hoje dispensássemos o auxílio que as ciências humanas e sociais nos oferecem para uma ação mais lúcida. Animados pela boa intenção de ajudarmos o doente, correríamos o risco de agravar o seu estado ou mesmo de matá-lo.

Dois perigos podem ser evitados pelo uso adequado da ciência. Primeiro, o primarismo de certas análises super-simplificadas da realidade. Por exemplo, o uso indiscriminado do esquema opressores-oprimidos como instrumento de análise da realidade, pode levar a uma visão tendenciosa e a ações unilaterais.

O outro perigo é de tomarmos por causa o que é consequência ou de confundirmos fatores secundários com fatores principais. Tal distorção é normalmente causada pela simples observação pessoal da realidade que nos cerca. Em tal tipo de observação os fatores mais próximos no tempo ou no espaço podem criar em nós a impressão de que são também os fatores mais importantes da situação analisada.

Erros de perspectiva conduzem a erros na estratégia de ação. O uso de uma metodologia científica de análise da realidade (por nós ou com o auxílio de outros) pode pôr-nos a salvo de tais distorções.

As situações conhecidas e analisadas pelas ciências devem depois ser criticadas à luz da nossa fé cujas fontes são o Evangelho, a Igreja e nossa própria experiência. O que quer Deus de nós, no atual contexto? Que ação devemos e podemos empreender, prioritariamente?

2. A unidade dialética entre teoria e prática.

Nossa ação deve consistir, basicamente, numa práxis concientizadora, isto é, numa ação comprometida unida à reflexão sistemática sobre a ação. A tentação mais comum dos religiosos metidos na ação é descuidar-se da parte teórica, da re-

flexão sobre o sentido do que estão fazendo e, por parte dos teóricos, a falta de contato significativo com as bases.

3. Quem se mete na ação social não paleativa, deve contar com críticas e oposição.

As críticas dos que sentem questionados os seus privilégios constituem uma reação natural e para a qual devemos estar preparados. A defesa de pessoas injustiçadas pela ação de poderosos custou recentemente a vida de três cristãos no Brasil, dois dos quais eram religiosos... Deve-se examinar de quem vêm as críticas e se são feitas com isenção de ânimo ou se escondem interesses feridos ou mentalidades fechadas. As críticas não nos devem intimidar. Haveria de que preocupar-nos, isto sim, se ninguém nos criticasse.

II. ONDE ESTAMOS NA LUTA PELA JUSTIÇA?

a) Na frente interna: praticamos nós mesmos a justiça?

A luta pela justiça deve começar na própria casa. Sem o exemplo convincente de uma vida pessoal e comunitária irrepreensível, nossas palavras e gestos de justiça a favor de terceiros podem ser classificados de hipócritas.

Recente estudo sociológico realizado entre as 138 mil religiosas da Itália revela uma tríplice opressão que as estaria atingindo naquele país: a opressão como trabalhadoras, a opressão como crentes e a opressão como mulheres. Trabalho excessivo, ou que excede a capacidade da irmã, falta de uma forma adequada de descanso e de lazer, dependência, por vezes infantilizan-

te, em relação à superiora, exploração do serviço de religiosas por padres: são algumas das constatações do estudo, publicado pelas "Edizione delle Donne", de Roma.

Não quero aqui ajuizar o valor global do estudo. Creio, porém, que ele nos pode alertar para exigências de uma justiça mais plena dentro de nossas famílias religiosas. Há injustiças a corrigir, por vezes graves. Por exemplo, quando se constata a existência de privilégios injustificados de uns poucos, as marcações sistemáticas a certas pessoas, humilhações e desrespeitos. O próprio fato de uma coordenadora não tratar uma co-irmã como adulta pode ser uma falta de respeito e contribuir para manter o espírito infantil de alguns.

Outro aspecto em que nos devemos questionar é sobre a adequação do nosso preparo profissional. As exigências vão crescendo: além do curso fundamental, requer-se hoje atualização permanente. Sabemos aproveitar as oportunidades que se oferecem? Pode também haver desvios neste campo. Uma religiosa, com cargo de responsabilidade dentro de sua congregação, assim se expressou em resposta a uma pergunta minha sobre o assunto: "Há religiosos que sentem necessidade de fazer cursos e mais cursos, de acumularem diplomas, não tanto para maior eficiência do Reino, mas para aumentar o status pessoal e da congregação". Uma resposta que nos deve levar a refletir.

Outra fonte de injustiças pode ser a não percepção de necessida-

des emergentes de novas situações. Caso típico é o problema criado com o aumento do número proporcional de pessoas idosas em nossas províncias. A tendência ao envelhecimento dos religiosos está estatisticamente comprovada. O desafio que se põe para as direções das Províncias é de como ocupar e valorizar apostolicamente este número crescente de pessoas. Como fazer com que se sintam bem e tenha alto grau de aproveitamento de suas qualidades e de sua experiência?

Mas assim como há uma justiça do superior em relação à comunidade, há também uma justiça de cada membro da comunidade com o superior ou coordenador.

Exemplos do que não deveria acontecer: Negar o apoio à ação do superior, desconfiar sistematicamente de suas intenções ou ficar na defensiva em vez de buscar com o superior a vontade positiva de Deus.

Na frente interna temos outro assunto, que ainda é tabu para certos institutos: o seu relacionamento com os ex-religiosos. Evidentemente, deve-se olhar cada caso. Contudo, desconfio de estarmos deixando de valorizar um enorme potencial apostólico pelo esquecimento ou ostracismo a que votamos pessoas que até ontem eram nossos companheiros de vida.

Lembremo-nos de que esta rejeição pode ter como razão oculta a nossa própria insegurança que pouco tem de apostólica. Se nos déssemos ao trabalho de saber quantos dos nossos ex-religiosos guardaram

intacta a sua fé e aguardam um chamado para ocupar um lugar em alguma obra administrada por religiosos ou dentro de atividades paroquiais, talvez tivéssemos algumas surpresas agradáveis. Pode haver razões que aconselham o afastamento do ex-religioso em relação à sua comunidade. Mas isto não justifica que nos omitamos em ajudá-los na medida do possível e de acolher como colaboradores permanentes, e sem reservas, a antigos religiosos bem dispostos para isso.

**b) Na frente externa:
qual a qualidade do nosso
serviço à causa da justiça?**

Qual o efeito real da ação dos religiosos do Brasil, no campo da promoção da justiça? A resposta é até certo ponto uma incógnita. Ações destinadas a dar efeito a longo prazo são, por sua natureza, de difícil avaliação. Por isso mesmo, parece mais recomendável, ao examinar a eficácia de uma obra para promover a justiça, não querer tanto medir resultados já obtidos, mas examinar principalmente que **condições reais** existem para sermos eficazes, no sentido desejado. Que condições temos para efetivamente oferecer serviço? Quais as concepções dominantes entre o pessoal que atua socialmente? Qual a sua preparação?

Tomemos, como exemplo, o caso dos Centros Sociais ligados à Igreja. Entre 1972 e 1974, o CERIS realizou uma pesquisa de âmbito nacional sobre os "Recursos Sociais da Igreja no Brasil". Foram registrados 11.146 Recursos, dos quais 6.737 foram considerados obras so-

ciais e 329 tinham a denominação de **Centro Social** (5). O mesmo CERIS se tem ocupado, através de seu "Serviço de Análise de Projetos", em elaborar pareceres sobre pedidos de ajuda externa. Entre os projetos, havia 78 com o título de Centro Social, muitos aos cuidados de religiosos.

Um dado revelador é que 56 destes 78 projetos eram pedidos de recursos para construção. Os pareceres eram em geral desfavoráveis a tais pedidos, informa-nos o prof. C. A. Medina, "exatamente porque inexistente a participação dos moradores locais na sua construção" (6). A existência de uma população pobre e cheia de necessidades leva o agente exógeno (o religioso, a religiosa) a ver a criação de um lugar como passo inicial e base indispensável para atividades de organização local. "A concepção predominante encara a necessidade de um local de atividades a serem ali realizadas, como seus verdadeiros componentes" (7). Dentro de tal concepção os Centros Sociais surgem a partir de um agente externo ali residente e não como fruto de atuação dos moradores. Os próprios moradores em geral estão satisfeitos com isto. Não é de admirar, pois foram socializados nesta mesma cultura que lhes atribui um papel predominantemente passivo.

Em suma, os projetos enviados pelos Centros Sociais ligados à Igreja, no Brasil, caracterizam-se pelo seu **caráter paternalista** ou assistencialista. "...Grande parte dos dados que coletamos reflete o antigo processo de dominação dos que têm

alguma coisa sobre os que não têm nada" (8), testemunha Medina.

Se os projetos apresentados para obter recursos para os Centros Sociais indicam uma mentalidade paternalista, deve supor-se que também o seja grande parte da ação lá desenvolvida. Realmente, os relatórios que descrevem o trabalho dos Centros revelam o caráter repetitivo e a ênfase extensiva dos serviços prestados. Multiplicam-se atendimentos individualizados, mas não se constata a criação de relações solidárias entre a população. Para isso contribui o distanciamento entre o agente externo e a população. Em muitos casos, o agente está mais relacionado com agentes externos que com o povo.

Tudo isto mostra a **precariedade** do trabalho social desenvolvido nos Centros Sociais e o amadorismo com que trabalham os que os presidem.

A crítica não se dirige contra os agentes que se dedicam ao povo das periferias, com grande espírito de abnegação, mas contra a falta de preparo com que muitos abraçam este trabalho ou são a ele destinados. A boa vontade e a sensibilidade para os problemas sociais são necessários, mas não bastam para trabalhar com eficácia apostólica neste campo, como não bastam em qualquer outro campo de trabalho profissional.

Se analisássemos outras obras em que atuam religiosos, talvez descobríssemos situações semelhantes de paternalismo, tornando precária sua validade em termos de promoção da justiça.

c) Um questionamento a partir da base

Há exemplos promissores de ação social que parte da base e em que o papel do agente é importante, embora muito discreto. Um destes casos nos foi dado conhecer recentemente: as comunidades de base de Aratuba, na serra de Baturité, no Ceará. Lá não existe um centro social para atendimento dos pobres, mas nunca vi os pobres tão atendidos como lá. Na expressão feliz de Carlos Mesters (9), em Aratuba mudou o eixo da Igreja. A Igreja que antes era dos fazendeiros, agora está ficando a Igreja dos pobres. Há uma vivência nova e libertadora que tomou conta de toda a vida da paróquia. O povo está organizado em 46 comunidades locais. De 15 em 15 dias reúnem-se representantes dessas comunidades para refletir em comum e achar soluções para os seus problemas.

Eles começaram a acreditar na sua própria capacidade. O vigário, Pe. Moacir, é o primeiro a crer na capacidade do povo. Por isso, convenceu-se com o povo de que deveriam reduzir a um mínimo os apelos a auxílios de fora, enquanto o povo não estivesse em condições de absorvê-los sem dano.

"O Evangelho agora está em nossas mãos", falou um dos sertanejos numa das reuniões dominicais. O povo se sente cada vez mais dono do seu próprio destino. O padre se colocou no papel modesto de animador e pedagogo da comunidade, não de distribuidor pródigo de recursos.

As atividades concretas foram aparecendo, surgidas de decisões do povo e não de agências externas. Começaram atacando problemas mais sentidos, como era a exploração pelo comércio local. Decidiram criar "bodegas comunitárias" — e para ter capital de giro para suas compras em comum criaram um sistema de roças comunitárias, para a qual todos contribuíam com um dia de trabalho por semana.

A luta em Aratuba foi colocada no ponto certo, atacaram-se aspectos realmente importantes; evitou-se

provocar tensões e criar rupturas onde elas não eram essenciais. Assim, a liturgia continua bastante tradicional embora recheada de todo conteúdo da caminhada das comunidades. Aratuba dá, a quem a visita, a impressão de uma paróquia toda voltada para a construção da justiça.

Da multiplicação de tais exemplos, adaptados cada vez às circunstâncias do meio, vai depender em grande parte a transformação lenta da Igreja e dos religiosos no Brasil em vista da promoção da justiça.

III. DESAFIOS RECENTES E SUGESTÕES DE AÇÃO

Nesta última seção do nosso artigo vamos abordar alguns problemas mais agudos que a análise da realidade brasileira nos faz perceber. Damos também algumas sugestões para a ação dos religiosos no campo social.

D. Aloísio Lorscheider, Presidente da CNBB, perguntado numa reunião de religiosos em janeiro deste ano sobre quais seriam hoje as tarefas prioritárias do religioso do Brasil, indicou as três seguintes:

1.^a Maior preocupação com a pobreza. Os religiosos do Brasil deveriam mostrar-se menos preocupados com a própria manutenção. O que se observa na experiência é que quanto mais o povo vê os religiosos se doando efetivamente, mais ele costuma ajudar.

2.^a Uma vivência comunitária mais profunda dentro das suas congregações e residências. Ninguém será testemunha autêntica daquilo que ele não vive.

3.^a Presença mais forte dos religiosos na pastoral, especialmente assumindo missões difíceis, ministérios de fronteira.

Estas sugestões nos parecem muito valiosas. Explicitando a terceira gostaríamos de sugerir quatro campos de ação prioritária: A questão dos direitos humanos, a luta a favor dos marginalizados e a questão da terra, a elaboração de uma nova metodologia de ação social e formação do pessoal para o setor e a educação para a participação ativa. Como indicação para todos estes campos, diria o seguinte: tenhamos sem-

pre. presente as possibilidades que nossa condição de religiosos nos oferece: somos mais feitos para inspirar que para gerir grandes empreendimentos, mais para a linha do testemunho e da colaboração em pontos estratégicos que para a pretensão de tudo querermos remediar.

a) A questão dos direitos humanos

Muito antes que a luta pelos direitos humanos ganhasse a notoriedade de que goza hoje, a Igreja tomou a si a defesa da pessoa humana. Esta defesa não foi só de palavra e por documentos oficiais, como foi o caso da encíclica **Pacem in Terris** do Papa João XXIII e da Constituição Apostólica **Gaudium et Spes** do Concílio Vaticano II, porém mais ainda por uma longa tradição de trabalho pelos desfavorecidos e por minorias carentes ou injustiçadas.

No atual contexto brasileiro a Igreja se vê desafiada a reafirmar sua posição pela defesa dos direitos humanos. Primeiro contra todo tipo de exploração derivada de uma ordem social dominada pelo poder econômico e pela motivação do lucro. As proteções legais ao trabalhador muitas vezes se mostram ineficazes ou insuficientes para restabelecer um mínimo de justiça. Segundo, por que representantes do poder afirmam publicamente no Brasil que o cidadão só tem os direitos que o Estado lhe outorgar. Tal concepção de raiz positivista, está em conflito com a visão cristã que reconhece serem certos direitos inerentes ao ser humano como pes-

soa e não enquanto cidadão deste ou daquele Estado. Por isso, não cabe ao Estado outorgar ou suprimir direitos fundamentais, mas garanti-los e regular o seu exercício, como se expõe no documento da CNBB sobre as **Exigências Cristãs de uma Ordem Política** (Itaici, 1977). Por essa mesma razão é falso dizer que a questão dos direitos é uma questão exclusivamente interna a cada país, imune à verificação por parte, não digo de outras nações, mas de tribunais internacionais. Ora, o Brasil tem se negado sistematicamente a tais verificações.

Como tarefa para os religiosos do Brasil, vejo a importância de se insistir no conhecimento dos direitos humanos fundamentais bem como da doutrina que a fundamenta. Depois, impõe-se a máxima vigilância pelo seu fiel cumprimento, a começar pelos direitos humanos dos próprios religiosos e das pessoas que trabalham em obras por nós mantidas. Talvez coubesse um estudo, semelhante ao realizado entre as religiosas na Itália, que procurasse saber com objetividade e sem alarde, a real situação em que nos encontramos. No campo da justiça com nossos funcionários e empregados, talvez não seja supérfluo lembrar que o salário mínimo não satisfaz às exigências mínimas da justiça social.

Na luta pela observância dos direitos humanos podemos manifestar nosso testemunho básico de religiosos: o respeito pela pessoa humana. O importante para nós não é o dinheiro, mas as pessoas e o relacionamento entre elas na justiça e na caridade. Nossa solidariedade

com os pobres significa uma atitude de contestação permanente à absolutização do dinheiro. Que pensar de religiosos que na prática agissem como se os bens fossem o valor maior da sua congregação ou que medissem a consideração para com as pessoas pelo nível do salário que recebem?

b) A luta a favor dos marginalizados e a questão da terra

Marginalizado é toda pessoa ou grupo cuja participação na sociedade é tolhida parcial ou totalmente. A marginalização de amplas camadas da população brasileira, constitui um dos fenômenos mais graves da atual estrutura social brasileira. Que podem fazer os religiosos para ajudar a reverter esta tendência?

A marginalização é mais uma consequência que uma causa. Por isso mesmo, seu tratamento coincide basicamente com a luta por uma sociedade mais justa e mais humana. Esta luta põe cada vez mais exigências em termos de competência profissional e de recursos. Muitas congregações que trabalham no setor social sentem falta de elementos capacitados de recursos e de assessorias para determinadas tarefas. Vejo aqui um campo aberto para projetos intercongregacionais de assessoria ou mesmo de coordenação de obras sociais.

Um fruto da colaboração intercongregacional poderia ser o apoio a experiências que estivessem crian-

do algo realmente novo e significativo. Conheço um caso recente em que quatro Províncias religiosas (trata-se no caso de uma mesma Ordem) resolveram de comum acordo apoiar, com recursos econômicos e com pessoal, um projeto inovador de educação rural no interior do Espírito Santo. Trata-se da experiência das Escolas-Família, que buscam uma nova forma de educação integrada no meio rural, com períodos alternados de permanência do aluno na escola e na família.

Entre as minorias que mais violentamente sofrem de exploração se encontram hoje muitos pequenos proprietários, posseiros e indígenas, que vêem as terras que ocupam, das quais muitas vezes são donos legítimos, tomadas à força por outros. Os problemas se localizam principalmente nas áreas de ocupação mais recente e tendem a agravar-se. Só nos últimos dois anos, a SUDAM aprovou 384 novos projetos agro-pecuários para a Amazônia, dando por "desocupadas" as terras pretendidas pelos novos donos, o que freqüentemente não procede.

A CNBB constituiu uma comissão especial para tratar do assunto: a Comissão Pastoral da Terra. Diversos religiosos têm colaborado com este trabalho, considerado de fronteira. Em uma reunião de religiosos havida em Salvador, em fevereiro do corrente ano, com a presença de missionários, pediu-se maior apoio às "vocações" para a pastoral da terra. Talvez se achem alguns reli-

giosos, com formação em ciências sociais ou em direito, dispostos a assumir um trabalho de ajuda na defesa dos direitos dos mais fracos nas longínquas fronteiras, onde a força do direito ainda não chegou.

**c) Elaboração
de uma nova metodologia
para a ação social da Igreja
e formação do pessoal
do setor**

A precariedade da ação social realizada em muitos Centros Sociais, acima constatada, está a reclamar uma atitude séria por parte das congregações e dos religiosos envolvidos.

Parece indispensável insistir no caráter supletivo da ação assistencial da Igreja. A assistência social torna-se cada vez mais função do Estado. A participação dos religiosos, face à redução do seu pessoal, deverá tornar-se mais seletiva. A manutenção, por exemplo, de um hospital por religiosos parece mais justificável numa região distante do interior do que numa capital, mais recomendável quando o hospital se destina ao atendimento de pobres ou de poucos recursos que um hospital para ricos.

Para o caso dos **Centros Sociais**, sugiro que se elabore, num trabalho de colaboração entre CRB e CNBB (Cáritas) uma nova metodologia de trabalho social que vise a superação da atual situação de paternalismo constatável em muitos destes Centros. O estudo desta nova metodologia deveria incluir, entre outros: uma

sugestão de critérios de prioridade para a seleção (ou abandono) de obras de ação social; um estudo sobre métodos e técnicas participativas de ação social; uma orientação para o uso criterioso dos recursos externos; a análise e divulgação de exemplos bem sucedidos e inovadores de trabalho social; e indicações sobre requisitos mínimos e meios para a formação de pessoal para atuar em Centros Sociais ligados à Igreja.

**d) A educação
para a participação
ativa e responsável**

Em uma sociedade civilmente desativada como a nossa, esta é uma tarefa prioritária de todos os religiosos ocupados em educação. Trata-se de resistir à pretensão do Estado que exige adesão sem reticências, inquestionável e radical. Tal pretensão é reforçada por técnicas de doutrinação por intermédio de certas disciplinas obrigatórias e de conteúdo vigiado e do fomento de atitudes de participação passiva. A estratégia para a dominação é a desativação. A tática é oferecer sucedâneos que sirvam de distração.

Neste contexto, o compromisso da Igreja, e dos religiosos nela, deve ser a reafirmação de valores e normas, inspirados no evangelho, alternativas aos sancionados oficialmente pelo Estado; de sustentação de princípios, num país em que se pratica abertamente a manipulação das leis para adaptá-los às conveniências de quem está no poder e em que se estimula o adesismo (co-

mo se fez ao sugerir a infidelidade partidária). A liberdade da Igreja para criticar e oferecer alternativas vai depender em grande parte da capacidade de desenvolver uma atmosfera de participação aberta e responsável no seu próprio interior e em não depender em medida tão comprometedora de favores e auxílios oficiais, como atualmente ainda depende.

Mais especialmente, a nível das escolas, urge o fomento de formas cada vez mais participativas e responsáveis de educação, e a substituição da propaganda ufanista do desenvolvimento de um Brasil-grande-potência pela análise e reflexão sobre a realidade, para a construção solidária de um Brasil-pátria-para-todos.

NOTAS

1. BIGO, PIERRE, **A Doutrina Social da Igreja**, Edições Loyola, São Paulo. Ano 1969. Página 239. 2. MEDINA, CARLOS A. DE, **Participação e Trabalho Social**. Um manual de promoção humana. Coedição Vozes/Ceris, Petrópolis. Ano 1976. Capítulo 3. 3. *Idem*, página 23. 4. COADY, MOISÉS, **Masters of Their Own Destiny**. Harper and Brothers. New York. Ano 1939. Página 147. 5. Ver nota 2, página 41. Na

análise dos Centros Sociais baseamos sobretudo nesse autor, que vale a pena ser lido e meditado por quem se ocupa em Ação Social. 6. Ver nota 2, página 41-42. 7. Ver nota 2, página 42. 8. Ver nota 2, página 39. 9. **Um ensaio do Reino**, uma descrição da experiência das comunidades de Aratuba, 1976. Relatório mimeografado. 10. **Exigências Cristãs de uma Ordem Política**. Documento da CNBB. Fevereiro de 1977, números 14 a 18.

COMECE EM SUA CASA

Artur da Távola

O tema da Campanha da Fraternidade deste ano, "Comece em sua casa" é o que de todos foi tratado de maneira direta e popular nas peças de comunicação empregadas. O leitor-telespectador já deve ter visto o filmete.

Os dos anos anteriores partiam de um princípio diferente: a frase funcionava como detonadora de uma reflexão. A riqueza das interpretações ficaria a cargo do receptor da comunicação.

Uma pessoa muito culta retiraria a gama de significados possível de uma frase em estrutura aberta, expressão inacabada e que sempre permite adições por parte de quem a recebe. Uma pessoa menos instrumentada culturalmente retiraria menos conclusões, mas as conclusões

que retirasse já eram importantes para a sua meditação, ou seja, a simples interpretação linear da frase já era suficiente para os objetivos da campanha.

Esta técnica de comunicação é muito interessante, e no volume de comunicações publicitárias onde eram inseridos os filmetes da Campanha da Fraternidade, ela ressaltava como diferente. Por que? Porque a propaganda e a publicidade vivem de e precisam de estruturas fechadas, prontas, afirmativas, destinadas a convencer através da motivação da vontade ou da mobilização da razão. Há anúncios que operam sobre a vontade através ou da sensação ou da emoção, e há anúncios (conforme o produto e o tipo de consumidor a que se destina) que precisam atingir a razão, o pensamento do consumidor.

Se eu digo: "Compre maracolestas em embalagem saraturesma porque são melhores, mais práticas e mais baratas", eu estou fechando uma estrutura e convencendo através da afirmação.

Se, ao contrário, eu digo uma frase de meu guru Pedro Ferreira (a que repito muito), "comunicar é ser comunicado", aí eu estou usando a expressão verbal como simples detonadora de um processo interpretativo que continuará na pessoa que receberá a comunicação. A partir daí ela trabalhará o sentido, a intenção, os vários significantes e o significado da frase.

Assim sempre fez a Campanha da Fraternidade com seus slogans e com os filmes que os acompanhavam. Sendo a Quaresma um período destinado a introspecção, à meditação, ao mergulho mais profundo na análise da própria vida e do sentido e significado da vida do Cristo, as frases em estrutura aberta caíam como luva. Não afirmavam: propunham.

Alguns consideravam que estava tudo muito bem, mas aquelas mensagens dos anos anteriores da Campanha da Fraternidade, apesar de terem tudo isso, pecavam pelo excesso de hermetismo. Propunham interpretações muito ricas e elaboradas, mas o povão jamais as entenderia. Tudo ficaria como uma grande complicação, cheia de explicações e teorias, mas pouco eficaz num país de nível educacional médio bastante baixo.

Não me encontro entre os que pensam assim, mas considero válidas as observações, merecedoras de discussão e debate.

Talvez em função disso tudo, neste ano a Campanha da Fraternidade saiu com um tema menos geral e amplo do que "Onde está o teu irmão?", por exemplo, mas, mesmo assim, não deixou a mensagem inteiramente fechada, permitindo várias interpretações a partir da frase central: "Comece em sua casa".

Na proposta de 1977, além da frase, há uma letra, um cantor e uma melodia, três elementos bem definidos e claros. Em vez de ter apenas a frase "comece em sua casa" a provocar reflexões, extensões e aprofundamentos por parte do público, a peça conta com outros elementos e fixa e define os limites da Campanha no ambiente familiar.

A letra diz, salvo engano de memória, o seguinte. "Abra a sua porta. Deixe entrar claridade. Cultive em sua casa a família de verdade. Abra a sua porta. Deixe entrar claridade. Comece em sua casa a Campanha da Fraternidade".

Temos, então, no filmete, vários elementos, todos expostos com muita clareza e definição e cada qual merecedor de atenção. Vejamos:

1) Uma criança (é o futuro).

2) Uma casa onde várias coisas acontecem ao mesmo tempo (confusão contemporânea).

3) Os pais brigam. (crise familiar).

4) A criança vê televisão (presença da comunicação no mais profundo da intimidade de um lar: responsabilidade social dos meios que veiculam).

5) A criança manipula distraidamente um brinquedo qualquer (na sociedade tecnológica os brinquedos vêm prontos e são mais referências do que objetos tratados com alegria porque feitos pelas crianças. Além disso, o excesso de solicitações simultâneas impede a concentração em qualquer coisa que se faça).

6) Mas os olhos e a emoção da criança não estão nem na televisão, nem no brinquedo e sim na briga dos pais (abandono da consciência exata de que é a criança quem mais sofre em qualquer circunstância).

7) Pela porta aberta por onde um homem teoricamente responsável saiu, entra a luz (esperança). Ouve-se a música com a letra citada e a voz de Muacyr Franco.

É impossível analisar num artigo só, tantas propostas paralelas sugeridas. Cabe-me, apenas, dizer que embora tenha sido uma peça em estrutura fechada, com alta definição de todos os seus elementos, ela (sem qualquer trocadilho) deixa várias portas abertas para a interpretação do telespectador, o que a enriquece bastante, e remete muita gente a uma reflexão bem mais séria e profunda sobre o que está fazendo com a própria vida, a partir da destruição emocional dos filhos

e diluição da família. Vai, pois, a mensagem principal, ao cerne do objetivo pretendido que é a afirmação da família como elemento nuclear de uma sociedade. Mas as interpretações não param aí. É o que veremos amanhã.

A LUZ VEM DE DENTRO

Apesar de o sentido do slogan e da peça promocional da Campanha da Fraternidade deste ano estar concentrado e bem definido em seu significado principal, creio que ele dá para algumas extensões.

"Comece em sua casa" é muito claro ao propor uma reflexão ao homem adulto sobre as suas obrigações e deveres dentro da unidade familiar. Sabedora da crise da família, a Igreja propõe um tema de meditação na Quaresma, diretamente relacionado com ela (a crise), tornando bem clara e objetiva a sua mensagem.

A despeito da clareza de sua proposta, o tema deste ano e seu tratamento visual, dão margem a muitas outras interpretações. Antes de as esboçar, importante é dizer que os signos visuais ricos em significados, não necessitam ser decodificados ou entendidos racionalmente para cumprir as suas verdadeiras funções. Quando a simbologia é rica, ela atua independente da interpretação lógica. A força do símbolo é justamente esta, a de estar mais ligado às sombras do inconsciente do que às luzes (aparentes) do consciente. Quando um símbolo se torna consciente, ele deixa de ser símbolo para ser signo.

Isto posto, vamos a esboços de interpretação. Apenas os formulo. O competente leitorado trabalhará sobre eles.

— A casa é classicamente um símbolo do interior do indivíduo. Casa, castelo, arca, caverna, no simbolismo antigo sempre foram representativos do princípio feminino, no sentido de serem lugares que guardam coisas e pessoas (ritos de nascimento).

“Comece em sua casa” é, portanto, um convite para que cada pessoa, antes de emitir qualquer juízo sobre o próximo, comece a reflexão a partir dela mesma. Uma espécie de “macaco, olha o teu rabo”, um pouco mais elaborado e mais profundo, porque não se limita a propor que não se julgue os outros, o que seria afirmar pela negação, vale dizer, proibir. “Comece pela sua casa” é uma proposição afirmativa. Ela diz comece por julgar-se (afirmativa). Ela não diz: não julgue os outros (negativa).

— Vivemos tempos de apogeu da crença nos mitos do condicionamento. E eles existem, em grande quantidade e variedade, na complexa sociedade contemporânea. Há quem diga que o mundo do futuro não precisará **obrigar** ninguém a fazer nada, porque haverá (já há) uma arma muito mais forte e sutil: o condicionamento. Em vez do homem oprimido pelo mais forte, teríamos o homem condicionado pelos grandes processos sociais: a comunicação, a massificação, as técnicas de convencer, de persuadir, etc.

Mesmo os países que dizem negar o primado do social sobre o individual (países ditos democráticos), mesmo estes, vivem a usar o social como condicionador do individual, não vacilando em propor temas “para todos” “em nome da nação”, “no benefício geral”, etc. etc. Conceitos globalizantes como nação, povo, raça, governo, segurança, igualdade, etc. são expostos (e/ou impostos) ao indivíduo condicionando-o a os aceitar, através dos meios mais hábeis e eloqüentes.

A verdade é que o homem contemporâneo crê nos condicionamentos: o do consumo; o do status; o da alegria segundo padrões copiados; o do pensamento segundo supostas maiorias; o de convicções salvadoras; o de ideologias finalistas. Em função desses condicionamentos a pessoa propõe uma solução para os problemas “dos outros” exatamente porque pouco disposta a empreender a solução do “próprio problema”, ou seja, o enfrentamento mais verdadeiro com o próprio eu, a análise da própria vida, etc.

O Cristianismo em todas as suas ramificações, antes de ser um individualismo, sempre colocou o indivíduo como centro e antes de ser um coletivismo sempre subordinou o bem individual ao bem comum. Por isso ele tanto desagrada aos defensores do individualismo quanto aos do coletivismo. Basta observar: hoje (principalmente) a Igreja tanto é oposição nas sociedades capitalistas como nas comunistas. Há vinte anos não era. Hoje é. É só reparar. Por quê? Porque ambas são sociedades

que operam por imposição e/ou por condicionamentos.

Assim sendo, a proposta "Comece em sua casa" remete o homem, primeiro, à análise dele mesmo como ser, como pessoa, como indivíduo, como cidadão, como membro da família, para, só então, o autorizar a extrapolar a sua visão de mundo para os demais. Ela é uma espécie de oposição tanto ao coletivismo do consumo quanto do Estado.

— A peça visual tem quatro elementos: uma **casa** que não se define como pobre, remediada ou rica; uma **porta**: a luz saindo dela para fora da casa; e o **slogan** da Campanha, o tão citado "Comece em sua casa".

Da casa, já falei ao começo do artigo.

A porta é símbolo antigo. No simbolismo místico sempre foi sinônimo de graça e de inteligência. A porta sempre indica um "rito de passagem"; de mudança de grau; de penetração nos mistérios mais profundos do interior; de interrelação exterior-interior, consciente-inconsciente.

É conhecida a relação entre a porta do templo e o altar: são os

dois pontos mais distantes, mas ambos se determinam um ao outro, da mesma maneira que uma circunferência e o seu centro. A porta, no desenho do cartaz da Campanha da Fraternidade deste ano, está aberta. Por ela entrarão as experiências da sociedade e por ela sairá (do seu interior) o indivíduo.

Pela porta passa uma luz. Segundo um documento da Campanha, a luz, "visa exprimir a ação transformadora e irresistível da verdadeira Fraternidade". Mas o importante, a meu ver, é que a luz vem de dentro para fora (reparem) simbolizando a força do que vem de dentro do homem.

Segundo o Dicionário de Símbolos de Ciriót, a luz tem outras acepções, cabíveis como luva aos propósitos da Campanha da Fraternidade e com as quais concluo o artigo: "a luz é manifestação da moralidade, da intelectualidade e das sete virtudes". Aqui o dado interessante: a cor branca da luz, alude, precisamente, a essa síntese da totalidade. Em outras palavras: ela é branca por conter todas as demais cores. E o que contém tudo e todos está pleno. De lucidez.

(Transcrito de **O GLOBO**, 14 e 15 de março de 1977).

NOSSA COMUNICAÇÃO COM O POVO

Pe. Edênio Valle, SVD

**Modelo para uma análise do relacionamento
entre os religiosos e o povo.**

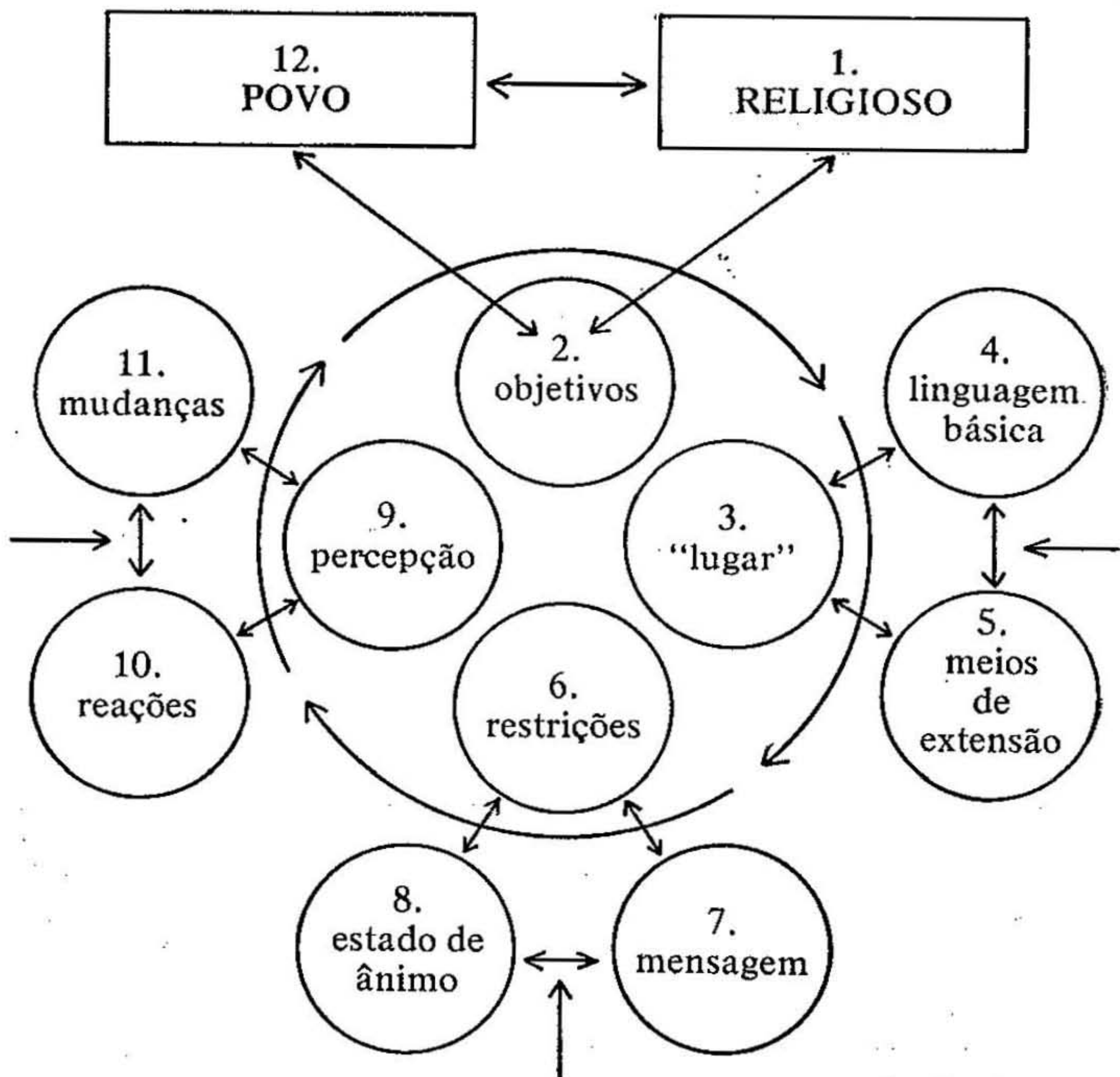
Premissas

1. Afirma-se hoje, com sempre maior frequência, que os religiosos ocupam um "lugar" bem diverso do "lugar" do povo. Daí uma mútua dificuldade de comunicação e de intercâmbio, uma vez que as idéias, emoções, palavras, gestos, símbolos, figuras e modelos culturais em jogo nascem de dois ou mais lugares diversos.

2. A comunicação é um ato social que envolve duas ou mais pessoas ou grupos numa situação ou campo relacional, marcado pelos dados da cultura de cada um. Em certas situações (será o caso do nosso relacionamento com o homem do povo) os papéis de comunicação e de receptor da mensagem são cons-

tantemente trocados. Em outras situações, há menor possibilidade para este tipo de interação, realizando-se uma comunicação de mão única. Tal situação impedirá o surgimento de significados comuns; os símbolos, palavras e idéias que um interlocutor tenta tornar claros ao outro, adquirem um significado nebuloso ou ficam mesmo incompreensíveis.

3. Apresentamos, a seguir, um modelo para a análise da comunicação que existe entre nós religiosos e o povo. O que de nossa comunicação chega ao povo e é por ele compreendido e assimilado? O que das coisas comunicadas, implícita ou explicitamente, pelo povo chega até nós e é por nós compreendido e assimilado?



As variáveis do modelo

1 e 12. À origem da comunicação estão dois indivíduos (ou grupos) humanos, carregando cada um o conjunto de modelos e de valores que herdou de seus pais, de sua classe social e de sua cultura. O “povo” comunica e recebe, de um lado; o “religioso” do outro lado, comunica e recebe igualmente. Cada um dos interlocutores tem o seu código e cada

mensagem deverá necessariamente passar pelo filtro receptor do outro e ser aí decodificada.

2. Objetivos. Ambos os interlocutores têm os seus objetivos quando se põem em contato com o outro, embora tais objetivos nem sempre sejam conscientemente formulados. Que objetivos tem o povo quando procura a nós religiosos? Tomem casos e situações concretas e

procurem detectar as razões por que o povo tenta comunicar-se conosco. E, vice-versa, procurem analisar os nossos objetivos conscientes ou não ao respondermos ao povo ou ao dirigirmo-nos a ele.

3. Lugar. A comunicação se dá sempre em e a partir de um lugar e de um tempo específico. As circunstâncias do lugar afetam as relações e as reações dos dois interlocutores de forma fundamental. Qual é o "lugar" do povo a partir do qual ele nos fala? Qual é nosso "lugar"? São próximos ou existe entre eles um quase abismo?

4. Linguagem básica. A linguagem básica da comunicação é aquela direta e espontaneamente usada pelos interlocutores, por exemplo, as palavras, os gestos. São os que tocam mais diretamente o interlocutor. Quais os símbolos básicos de expressão do povo com quem estamos em contato? Quais os meios de um povo analfabeto, oprimido há séculos, de proveniência cultural, muitas vezes, tão diversa da dos religiosos, quase sempre muito marcados pelos meios de classes cultas e letradas, além de fortemente influenciados por cultura estrangeira?

5. Meios de extensão. São meios mais excepcionais de comunicação, meios hoje em dia fornecidos muitas vezes por instrumentos (alto-falantes, TV, telefone, livros, etc.). O povo usa tais meios? Quais? Nós os usamos? O povo capta a nossa mensagem, sobretudo a evangélica, quando nos servimos de meios de extensão social? Existe uma arte, uma literatura, um teatro do povo? As festas do povo dizem-nos o quê?

6. Restrições. São aquelas condições (do sujeito, da situação ou da mensagem) que inibem, impedem ou "censuram" o processo da comunicação. Regu-

lamentos contextuais, papéis sociais, status dos interlocutores, tradições classistas, compartimentações grupais podem dificultar ou mesmo proibir a emissão e/ou a recepção de certas mensagens. Como e onde isto acontece no nosso intercâmbio com o povo?

7. Mensagem. É a comunicação propriamente dita. Mas note-se que vai uma grande diferença entre: (a) O que um interlocutor quer ou pretende dizer; (b) o que ele efetivamente diz; (c) o que o outro entende. A mensagem evidentemente não é apenas a palavra oral. Há a linguagem muito expressiva dos gestos, do olhar, do jeito de falar que também transmitem uma mensagem. Que mensagem nós transmitimos ao povo? Que mensagem ele nos transmite; isto é, o que os religiosos: (a) Pretendem dizer? (b) Dizem de fato? (c) O que entende o povo? E vice-versa: o que o povo: (a) Quer dizer? (b) Consegue nos dizer? (c) O que entendemos nós? É um diálogo de surdos ou uma conversa em que as mensagens mútuas conseguem expressar-se adequadamente e chegar bem ao destinatário?

8. Estado de ânimo. Os homens não são máquinas que se comunicam, mesmo quando se servem de instrumentos mecânicos. Os sentimentos, os preconceitos, os quadros de referência, as predisposições a agir e a pensar podem ser restritivas ou podem facilitar a comunicação. Qual o "estado de ânimo" do povo em relação a nós? Como ele nos sente e nos vê? Esse sentimento do povo em relação a nós religiosos dificulta, impede ou facilita a comunicação.

9. Percepção. A percepção que um interlocutor tem do outro é fruto tanto dos atributos da comunicação e do comunicador quanto dos motivos, senti-

mentos, impulsos, hábitos, concepções, expectativas, etc. do receptor. A percepção que alguém tem do outro (como simpático ou antipático) ou da situação (como fria ou quente, por exemplo) é fundamental para a definição que o comportamento irá assumir. As respostas de alguém (conscientes e inconscientes) não se modificam sem que se altere a percepção que ele tem do outro. Como o povo nos percebe? Como, nós religiosos, percebemos o povo?

10. No número anterior já começamos a falar das reações, isto é, dos comportamentos efetivos (fuga, fechamento, admiração, imitação, subserviência) que alguém assume tão logo percebe o outro e começa a compreender (de maneira

que pode ser tanto distorcida, quanto correta) a mensagem do outro. Como o povo reage à nossa presença, ao nosso trabalho, à nossa palavra, ao "sinal evangélico" que pretendemos lhe apresentar e ser? E quais nossas reações ante o povo e as mensagens que ele, desde o seu lugar, nos endereça?

11. Mudanças. Imediatamente ou mais a longo prazo, as comunicações que recebemos ou fazemos podem provocar mudanças qualitativas e quantitativas. A comunicação é sempre um processo de aprendizagem de novos modelos. Em que a convivência com o povo tem mudado os religiosos (se é que os mudou em alguma coisa)? E vice-versa: nossa mensagem e presença mudam o povo?

BREVES — II

Impressionante a acolhida por todos à iniciativa do CERNE, capa de CONVERGÊNCIA Jan/Fev. 77 e notícia no mesmo número págs. 10 a 12. Terão precedência também aqui os sócios da ELO, naturalmente.

* * *

No contexto de preparação da XI Assembleia Geral Ordinária da CRB, a Coleção Vida Religiosa, Temas Atuais, VOZES/CRB acaba de lançar um precioso instrumento. De P. João Batista Libânio S.J., **DISCERNIMENTO E POLÍTICA**. As Regionais da CRB já o têm para Você.

O VOTO DE CASTIDADE.

UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL

P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.
Presidente Nacional da CRB

A tendência inata do homem a absolutizar os bens materiais e espirituais e a com eles alicerçar sua posição de poder e de prestígio frente aos demais homens é algo de muito elementar e bem ao alcance de nossa observação no quotidiano da vida. Talvez, porém, não nos tivéssemos dado conta das amplas ramificações e envolvimento que no todo da pessoa pode alcançar esta inclinação. A apresentação, em nosso artigo precedente, do **VOTO DE POBREZA**, feito pelo Religioso, à luz do enfoque cristológico ali enfatizado, dá-nos uma idéia de quão vasto é na pessoa e, conseqüentemente também, na instituição ou comunidade religiosa, o domínio que envolve a vivência radical do projeto evangélico neste campo da pobreza do ser e do

ter, vivência da qual fazemos profissão pública diante de Deus, da Igreja e dos homens.

Uma outra grande tendência instintiva do homem é a absolutização do amor humano. O que a tem caracterizado é precisamente o egoísmo afetivo, que se afirma numa dupla vertente: a do domínio sobre a pessoa amada, fazendo desta forma de posse uma espécie de chave mestra da própria felicidade; por outro lado, a incompreensão de que o amor se possa viver e traduzir na doação plena de si mesmo, sem requerer necessariamente a expressão sexual.

A onda de pornografia que invadiu recentemente as nações ocidentais, a progressiva permissividade, a

persistência de tantos países em obter a codificação legal de dimensões não raro eivadas de egoísmo, como a legislação sobre o controle oficial da natalidade, o divórcio, o aborto, a homossexualidade, o amor livre, são todas manifestações desta perspectiva. Não queremos ser simplistas e ignorar a extraordinária complexidade de situações que envolvem cada um destes tópicos. Mas não podemos fechar os olhos ao fato de que, no fundo, há um denominador comum que orchestra estes movimentos. É a pretensão de que a liberdade sexual liberta o homem para o amor ou, numa formulação reversa, o homem não será livre e maduro na sua capacidade de amar, enquanto não lhe tirarem da frente as barreiras que os séculos acumularam com relação à sua expressão sexual. É esta mesma tendência que faz o cerco ao valor da virgindade e assume, programaticamente, a derrubada iconoclasta de inúmeros "tabus", culturais ou religiosos, que nesta faixa se situam. Muitos os são, é verdade, mas outros, não. Vai tudo de roldão, porém, como se todos o fossem.

Tudo isto surgiu, concomitante e paralelamente, com grandes conquistas que, sobretudo neste século, a biologia e a psicologia atingiram no campo da descoberta e valorização da sexualidade humana no todo da personalidade individual e do comportamento social. Não é aqui a sede para aprofundar este aspecto, objeto de inúmeros artigos e livros, sobretudo nos últimos vinte anos. Em áreas católicas, o surto de publicações, que tentaram uma releitura do fenômeno e sua aplicação pela Igre-

ja a todo o enfoque psicológico-moral do problema sexual, é relativamente recente e se acentua apenas a partir de 1965. O que fica como precipitado indiscutível de tantos estudos é que, seja o amor, seja o sexo, são eixos absolutamente centrais e envolventes da estrutura psico-somática de toda pessoa humana, desde o início e ao longo de sua vida.

Inversão de perspectivas

Podemos perguntar-nos se a vida religiosa, ao conceber por tantos séculos o voto de castidade como fuga do mundo e retirada das pessoas, como eliminação passiva, tímida e assustada, de todo relacionamento entre as pessoas, não incorreu precisamente numa outra absolutização do egoísmo afetivo, só que às avessas. Não é bem verdade que encontramos, às vezes, em alguns religiosos e religiosas, esta satisfação orgulhosa da pureza vivida em fidelidade, mas vivida para si, na negação tácita porém efetiva de todo amor e doação aos outros? Não é chocante encontrar em pessoas que a Deus se consagraram uma arrogante distância dos outros, a superioridade dos que não se misturam? Quem de nós não conheceu pessoas com capacidade de uma subtil e diuturna crueldade, religiosas de cuja pureza, no entanto, não se poderia duvidar? Mulheres frias e duras, capazes de ferir e desprezar, de esmagar os pequenos, pela atitude e pelo gesto, pela palavra e pelo olhar, pela ação e sobretudo pela omissão. Pessoas hábeis numa vingança larvada e

numa agressão discreta, capazes de duradoura e implacável discriminação. E, no entanto, uma elementar intuição psicológica deixava não raro entrever que eram levadas a tais atitudes, sobretudo em relação a outras mulheres, por um inconsciente mas indisfarçável ciúme em relação a figuras masculinas de seu comum horizonte. Esta espécie de contra-educação do amor não está à raiz de tantos problemas insolúveis de relacionamento no seio das comunidades?

Quem de nós não conheceu homens religiosos, autoritários e inatingíveis, atentos aos mínimos detalhes da norma e da lei, inflexíveis consigo mesmos, homens de cuja pureza não se pode duvidar. E, no entanto, quantas vezes esta pureza rígida mas vazia de verdadeiro amor, não se traduziu em curiosas aberrações. Às vezes, figuras prepotentes e autoritárias, repassadas, no entanto, de toques e modos femininos. Outras, pessoas fortemente impositivas, sensíveis, porém, de modo impressionante, a toda forma de corte e bajulação, ávidas de elogios e aplausos, muito sensíveis sobretudo à repercussão da própria imagem em ambientes femininos.

A castidade do voto foi não raro observada como mera pureza moral. Não foi vivida como força libertadora de nosso potencial de amor. Tornou-se então fosso sitiante de nossos comodismos, de nosso individualismo e auto-conforto, da organização fácil e descompromissada de nossa vida, garantia de não sermos incomodados e de podermos recusar-

nos aos outros, na medida em que as solicitações conflitem com nossos desejos e tendências mais inconsistentes e egoístas.

Castidade e pobreza interior

Vivida sobretudo sem uma profunda pobreza interior, que é feita da consciência e da experiência da própria fragilidade, a castidade leva com facilidade o homem ou a mulher a arvorar-se em juiz das demais pessoas. Talvez ajude introduzir aqui uma distinção entre pureza e castidade. A pureza é mais da ordem legal, ritual ou ético-moral. A pureza pode ser fielmente observada sem chegar a atingir a intuição profunda da castidade. A castidade supõe sempre a pureza, mas a transcende muito e lhe dá o sopro da vida e do espírito. A pureza pode ser problema que não mais se coloque, por exemplo, para uma pessoa idosa ou doente, porque extinguiu-se nela uma das formas de manifestação da vida. A castidade será para todas as pessoas dom e conquista da vida inteira até à morte, porque atinge a pessoa toda. A pureza pode conviver, como vimos, com a soberba e a dureza de coração. A castidade é sempre humilde, como a água que São Francisco canta que é "umile, prezioza e casta". A castidade é da ordem do amor oblato e gratuito, porque consciente de que é dom para se doar também. Da pureza não se poderá sempre afirmar o que São Paulo diz do amor. A castidade, porém, seria irreconhecível se não fosse paciente e benigna. Não pode ser arrogante, nem invejosa. Alegria-se na

verdade. Compreende, crê, espera, suporta. A castidade é essencialmente da ordem da caridade e do amor. Ela supõe renúncia como todo amor, mas não se pode definir pela renúncia. Ela é, sempre como o amor, afirmação e presença. Vive, na pobreza do amor ao nosso alcance, a esperança plena do AMOR que nos transcende. Amando a Deus ela se abre ao homem. Amando o homem ela tem a certeza de Deus.

A reticência de muitos jovens em viverem hoje o compromisso de castidade como voto está menos na castidade em si, do que nas formas em que nós a concretizamos através do tempo. O que eles muitas vezes sentem em nós religiosos é esta espécie de esterilização de todo amor, da capacidade de doação real e sem retorno, gratuita e aberta a todos. Por isso vibram, ao encontrar religiosos que são capazes disso, de traduzir existencialmente em suas vidas o que lhes é um dos anseios mais profundos e para eles menos definíveis. Neste mundo tão marcado pela exigência da expressão sexual interesseira e dominadora, uma das maiores contribuições que podem dar os religiosos aos homens é a de revelar-lhes pela própria vida, menos que por palavras, a possibilidade de uma verdadeira doação e abertura aos outros, fazendo-se feliz com a felicidade deles, sendo fiel e dedicado no amor, sem atitude de domínio ou exclusividade e também, portanto, sem exigência da expressão sexual, como forma incontornável de traduzir o amor.

C a s t i d a d e e totalidade da pessoa

A castidade é uma situação antropológica que afeta o todo da pessoa humana, em sua dimensão espiritual e material. Ela resulta da reta orientação do conjunto psico-somático, afetivo e sexual da pessoa, na concretização coerente e integrada de sua vida como pessoa individual e como membro da comunidade dos homens. Neste sentido, a castidade não é privilégio ou característica de um estado ou forma de vida. O que é diversa é a modalidade de sua realização. Mas ela concerne toda pessoa humana, homem ou mulher, quer sua vida seja objeto de uma opção consciente e livre, quer decorra de uma situação existencial concreta que nem sempre depende dela. O que é importante ter presente é que a castidade, mais do que um aspecto setorial no homem, envolve-o no seu todo e se situa no plano de uma atitude existencial global. Ela não é, portanto, somente pureza na área do sensível. Tampouco pode conviver com a ambiguidade da pureza formal, que admite compensações no plano espiritual afetivo. E isto, de novo, vale para todas as formas de vida humana. Por isso, é a um tempo radicalmente comum e especificamente diversa a castidade a ser vivida em cada forma ou estado de vida, em cada vocação apostólica.

No caso concreto da vida religiosa, a castidade pressupõe uma opção que deve ser realmente consciente e livre. Ela se segue à acolhida, no nível mais profundo da pessoa, de um

dom de Deus que lhe é oferecido na vocação a esta forma de vida. A castidade consagrada e professada de público na vida religiosa, como uma vocação apostólica na Igreja, concentra em Deus o potencial afetivo do homem e, à luz e pela força de Deus, abre a pessoa para o amor pessoal e não exclusivo do próximo.

O religioso é chamado a viver e testemunhar entre os homens a exclusividade do amor de Deus como resposta absoluta e final ao anseio de amor do homem. Na suspensão da mediação exclusiva do amor humano como caminho e expressão também da exclusividade do amor de Deus, a castidade consagrada extrapola, de fato, do curso natural da evolução de todo homem. Ela reveste assim uma dimensão marcadamente transcendente e escatológica e, neste sentido, antecipa a situação definitiva de toda pessoa humana. Isto não pode ser objeto de um ideal humano, como não pode ser compreendido à mera luz da razão do homem. A castidade consagrada é parte do plano global de Deus sobre o homem. O religioso é consagrado para a MISSÃO. E esta é manifestar aos homens todos, através da doação de seu amor, sempre limitado e pobre, os vestígios da infinita riqueza do amor gratuito de Deus. É neste ponto que a castidade religiosa toca a inspiração evangélica de toda a nossa vida. Ela reassume entre os homens a missão mesma de JESUS CRISTO. Ao fazer-se HOMEM, ele quis revelar ao homem o que este nunca poderia por si mesmo compreender de Deus. É na disponível atitude de amor, amor personalizado

e gratuito, do religioso consagrado, que os homens vão entrever a realidade do grande AMOR que o Senhor lhes vai revelando e que é ELE mesmo, o próprio Deus. A castidade, pois, para o religioso, não é uma defesa e, a rigor, nem mesmo uma virtude. Ela é a expressão significativa da própria índole de sua vocação apostólica, a mais profunda talvez e mais individuante, porque lhe atinge a totalidade do ser. A consciência disto deve estar bem presente ao se fazer a profissão pública de castidade consagrada. Não só ela supõe uma clara vocação de Deus, que só pode ser respondida no horizonte da fé, mas requer um amadurecimento notável de uma pessoa humana bem integrada. Na medida em que nos demos conta disto, entenderemos cada vez melhor que a vida religiosa não é para muitos.

É fundamental, na formação do jovem religioso a nitidez e firmeza esclarecida da opção por esta vida. Isto é muito mais importante do que a criação isolada e setorial, por isso mesmo pouco existencial, de meros hábitos de pureza individual. Esta pode levá-lo, inclusive, a um certo distanciamento dos outros como a um inaceitável orgulho auto-suficiente da própria pretensa virtude. A vida quotidiana, como dissemos, nos põe por vezes em contato com pessoas, que, do alto de sua pureza, ditam não raro critérios e medidas de avaliação e interpretação das ações e intenções alheias. A pureza, cultivada fora do contexto global da castidade, é em geral, formal e ritualista, é rígida e intransigente, condena e não compreende quase nunca.

É, pelo contrário, um dado de experiência, quanto as pessoas profundamente castas recapitulam em si, a um tempo, a naturalidade e a benignidade do Senhor, manifestada na gratidão à Madalena por seu amor, na paciente pedagogia com a Samaritana, na compassiva e discreta misericórdia para com a adúltera, mas sobretudo na manifesta capacidade de querer bem. Jesus amava Marta e Maria e Lázaro, seu irmão. João passou à história, como o discípulo que Jesus amava. Mas a todos eles Ele revelou o Pai. E, sem condenar a adúltera, sem permitir que se lhe atirasse uma pedra sequer segundo a Lei, deu-lhe, no entanto, o real sentido da vida: “vai e não tornes mais a pecar”.

Castidade e maturidade

Se é importante, no início, a clareza da opção, é fundamental seu crescimento e amadurecimento ao longo da vida. São as situações difíceis, concretas, é o discernimento espiritual sobre elas, é o teste permanente dos critérios do espírito e não da carne (Rom 8), é a iluminação do Senhor sobre a inspiração subliminar de nossas ações e sobre as “inclinações desordenadas” de nosso coração, é esta a escola de permanente formação de nossa castidade, na qual não há nunca graduação final. Ela amadurece no dia a dia, ao longo da vida, a opção de nossos dias jovens. É este estar continuamente sobre nós mesmos, a um tempo vigilantes e fortes de nossa fragilidade, que nos permitirá abrir-

nos com um coração realmente livre a todos os homens, deixando-lhes sempre claro, na intensidade pessoal de nosso amor, a consciência forte da transcendência do amor de Deus em nós, opção de nossa vida.

O que aqui dizemos atenua bastante o nosso espanto e perplexidade diante de tantas pessoas que nos últimos anos deixaram a vida religiosa. Há dois aspectos que não nos podem escapar na análise do fenômeno. É certo, por um lado, que toda a formação religiosa há até bem pouco tempo enfatizava unilateralmente a educação para a pureza. Apoiada em seu isolamento do mundo e dos homens — [a legislação sobre a clausura por exemplo, fundamentou-se sobretudo na tutela da pureza] — forte em sua estrutura, a vida religiosa encontrou inúmeros recursos defensivos (*praesidia*) para salvaguardar a pureza, sem, de fato, aprofundar bastante o nível pessoal da opção pela castidade vivida assim. Quando se debilitaram as estruturas de outros tempos, em boa parte insustentáveis na vida moderna, quando os meios de comunicação sobretudo visual romperam os diques defensivos entrando no recinto dos claustros, quando se intensificou o relacionamento entre as pessoas, religiosos capazes de uma pureza real, descobriram-se equivocados quanto à natureza de uma vida que não respondia, de fato, a uma opção sua. Não se pode generalizar, nem minimizar a influência de simplismos ingênuos ou de racionalizações dirigidas. Mas a experiência de governo religioso nos últimos quinze anos deixa fora de dúvida que, na raiz

de muitas saídas, não está um problema de pureza, mas o fator bem mais fundamental e decisivo de carência ou equívoco quanto à opção pessoal e esclarecida por esta forma concreta de vida em castidade consagrada. Ao emergir, pois, ao nível do consciente, um problema tão vital, fez-se necessário o encaminhamento da solução. Em muitos casos, esta tinha que ser a reorientação da própria vida aproveitando e valorizando mesmo um potencial que muitas vezes não conseguira desabrochar pela falsa posição em que existencialmente se encontrava a pessoa. Por outro lado, não é menos certo que a formação para a vida religiosa superestimou há até bem pouco tempo o mero instrumental espiritual para a solução de problemas de fundo, que envolviam a totalidade psico-somática da personalidade. Isto permitiu manter na vida religiosa pessoas cheias de boa vontade e/ou extraordinários medíocres. Uns timbrando pelo voluntarismo espiritual e ascético em superar insuperáveis situações de vida, num heróico esforço de fidelidade. Outros, carreando numa inércia confortável, a incapacidade crônica para qualquer coisa. Uns e outros são ineptos para a missão e certamente não foram chamados por Deus para a vida religiosa, embora mantidos nela por si ou por outros, num dramático equívoco de existência.

Não será fácil encontrar os parâmetros de uma bem sucedida formação inicial e continuada que nos coloque ao abrigo de tão tremendos desvios. Mas é imprescindível ter presente que a castidade consa-

grada, professada na vida religiosa hoje, só tem sentido se solidamente ancorada numa opção pessoal que liberte e construa o homem, integrado em si e no contexto da comunidade dos homens, para viver o amor de Deus e manifestá-lo aos irmãos, sem desprezá-los nem contra eles se revoltar. Esta opção, por sua vez, será bastante realista, para dar ao religioso a consciência de que a plenitude do Amor é tarefa de uma vida. É um caminhar que não tem fim. Como todas as opções do homem, mesmo aquelas tomadas no horizonte da fé e pela força de Deus, também essa é sujeita a fluxos e refluxos. A castidade consagrada só pode ser vivida numa atitude profunda de pobreza do ser e da pessoa, que se aceita no amor, que pacientemente avança cada dia na construção de sua fidelidade, que se deixa educar sempre pelos outros mas que sobretudo se faz sustentar pelo amor de Deus, fonte de todo amor.

Castidade e comunhão com Deus

Está contido aqui um duplo aspecto de grande importância para um sadio posicionamento da opção permanente pela castidade consagrada. Jesus Cristo trouxe e manifestou aos homens o AMOR de Deus que é comunhão trinitária. Sua missão se realizou por isso em constante comunhão com o Pai e com o Espírito Santo. Esta comunhão entre nós e Deus por Jesus Cristo é a única fonte que fecunda para a expressão do amor a nossa castidade religiosa.

Ama-se **ALGUÉM**. Deus tem que ser para nós **ALGUÉM** realmente vivo pela fé, em quem "vivemos, nos movemos e somos", com quem falamos e por quem nos deixamos interpelar. **ALGUÉM** para quem criamos tempo e espaço interior. **ALGUÉM** a quem perscrutamos na obscuridade de nossas buscas e cujo designio e vontade de amor tentamos discernir na fragilidade de nossas intuições ou na precariedade de nossas reflexões. Este **ALGUÉM** vive e é. Nós temos que comunicar-nos com **ELE**, na fé. Esta comunhão íntima com o Senhor não será nunca substituída pela constante comunicação com os homens, através dos quais Deus nos fala tanto e nos quais Ele nos faz encontrá-lo de modo surpreendente e não raro tão misterioso. Esta comunhão íntima com o Senhor não será igualmente substituída pela simples leitura da realidade e dos acontecimentos, embora sejam eles os que nos ajudam a atinar com a colocação das nossas pedras no mosaico da vida. É no envolvimento sempre realimentado da oração que, contemplativos de Deus na vivência e na ação, entre os homens, descobriremos o amor de Deus. Somente aí encontraremos de um lado a linguagem com que Ele deve ser por nós manifestado aos homens e, de outro, a inteligibilidade para identificar e acolher o Seu amor que, pelos outros, Ele nos manifesta a nós. O lugar privilegiado desta manifestação deve ser, na vida religiosa, a comunidade. A profissão pública da consagração a Deus em uma comunidade identifica também a vida religiosa entre as vocações

apostólicas na Igreja. É por demais variado nas Congregações o conceito e a realidade da Comunidade. O importante, porém, é que redescubramos que, em qualquer tipo de comunidade, é fundamental a comunhão das pessoas, condição imprescindível para a manifestação do amor. Talvez bem maior do que a conversão que julgamos necessária para atuar hoje a pobreza na vida religiosa é a conversão que se requer para construir a comunhão em nossas comunidades. E, no entanto, ela é em boa parte condição e clima para a nossa castidade consagrada. Comunidades formais, baseadas na justaposição física de pessoas e na coincidência de horários e práticas comuns, estão à raiz de uma insanável esterilidade de muitas pessoas. São propulsoras de um processo centrífugo pelo qual o religioso passa a gravitar em órbitas diversas, criando suas comunidades satélites. Estas podem, às vezes, integrá-lo, defendendo-o da desagregação que nele produz a própria comunidade religiosa. Mas podem também desintegrá-lo e levá-lo gradualmente à constatação inevitável da inviabilidade do seu projeto religioso.

Vivida em comunhão com Deus e com os homens, a castidade consagrada plenifica o homem, dá-lhe uma profunda e serena liberdade. Faz dele irradiar uma jovialidade e alegria que é, realmente e por si só, uma inequívoca presença do amor de Deus. Algo daquilo que o Evangelho nos filtra, com imensa discrição, ao apresentar-nos a Virgem Maria. A nitidez de sua opção, a simplicidade de seu ser, a insuspeitada riqueza em sua consciência de pobre-

za, a abertura para Deus, a disponibilidade para os outros, a profundidade serena de sua íntima meditação sobre a linguagem de Deus em seu Filho, o insondável mistério de seu amor a José, a fortaleza de sua presença ao pé da Cruz e a sua viva comunhão com a nascente Igreja apostólica, traduzem para nós em Maria o extraordinário vigor de uma personalidade casta e plena, acolhedora do dom de Deus e segura na sua opção, porque ELE nela fez maravilhas.

Vista e vivida assim como a tentamos apresentar, a castidade consagrada na vida religiosa pode ser apoio de credibilidade para a castidade em outras situações e estados de vida, como a castidade no matrimônio ou a castidade no celibato não consagrado, a de pessoas antes do casamento ou a que é imposta a tantos pelas circunstâncias da vida (doença, viuvez, guerras, ausências).

A intensidade singularizada e exclusiva do amor humano entre um homem e uma mulher tem sua expressão plenamente humana na dimensão espiritual/material da união sexual. Mas é somente a consciência da transcendência do amor de Deus que vai relativizar até mesmo este amor entre os esposos, forte como a morte ou mais que ela por vezes, amor capaz de assumir o risco para a vida na aceitação do outro como ele é e na superação quotidiana, pelo próprio amor, dos fatores mesmos de sua limitação em cada pessoa. Isto só é possível na vivência real da castidade conjugal, que acentua o primado do amor e relativiza a exigência incoercível de sua expres-

são genital. Ela não se situa apenas no nível da continência que pode, inclusive, não ser casta. Ela é, muito mais, a reta orientação do conjunto psico-somático, afetivo-sexual dos cônjuges, na concretização coerente e integrada de sua vida no mundo como esposos e pais. O matrimônio, vivido evangelicamente como a descoberta do AMOR de Deus, através da mediação humana do mútuo amor dos esposos, é um sacramento da gratuidade no amor. Essa gratuidade pode vir a ser heróica e diuturna, na plena aceitação do cônjuge e dos filhos que lhes são dados. O religioso neles aprende a capacidade de assumir no amor o risco da vida e de realizar-se com a felicidade do outro, antepondo-a à sua própria. Por outro lado, o religioso conhecido por eles na dimensão profunda de sua castidade, pode ser-lhes um estímulo à relativização da exigência sexual-genital, quando esta deve ser redimensionada, sem detrimento do amor, pelas múltiplas circunstâncias da vida.

Mas também para as pessoas que devem viver a castidade como situação concreta e existencial antes de contraírem matrimônio ou a devem viver como celibatários, por opção pessoal ou imposição da vida, a castidade consagrada pode ser de grande apoio e inspiração. Deles, aprende o religioso, sobretudo em seus momentos de crise, a não absolutizar o matrimônio, de modo ingênuo e subjetivo, como alternativa necessária de vida. Muitos outros, como ele, devem viver, por vontade própria ou pela concreção da vida, a necessidade de uma castidade não conjugal,

embora sem vocação para vivê-la consagrada na vida religiosa. Por sua experiência própria, o religioso lhes mostrará na sua vida, que a castidade é realmente possível, mas só o é à luz e pela força do amor de Deus vivido na constante e intensa abertura ao bem do próximo. Seja, pois, o jovem antes do matrimônio, seja o adulto celibatário, vai encontrar na castidade plena e aberta do religioso, realizado e integrado, uma inspiração fecunda no superar o próprio egoísmo e a involução auto-suficiente sobre si mesmo. Vai aprender sobretudo, na inviabilidade ética ainda ou para sempre, de expressar sexualmente o amor, a realidade tão pouco conhecida em nosso mundo de que o sexo não é o amor, mas apenas uma de suas expressões possíveis e certamente não necessária para que se concretize o verdadeiro amor.

Castidade e gratuidade

É justamente a capacidade de relativizar o sexo que desvenda ao homem o cerne do amor: sua gratuidade. Amar é sobretudo realizar-se no bem do outro, ser feliz pela felicidade dele. É na medida em que o nosso amor traduz esta gratuidade que ele se aproxima do amor de Deus em nós, amor gratuito e que não terá nunca adequado retorno. Amor que se faz precisamente na comunhão: um dar contínuo e um acolher de sempre; um ser aquilo que se é e um assumir — e não só aceitar — aquilo que o outro é, sem querer moldá-lo por mim. Viver isto

segundo a índole da própria vocação é amar em castidade. E, mesmo os esposos, se não traduzirem assim a sua mútua doação, também na expressão sexual de seu amor, não vivem o amor.

É importante, pois, que, qualquer que seja a opção vocacional de uma pessoa, ela a viva em fidelidade serena e comprometida. Só assim ela será realmente livre, porque o verdadeiro amor liberta. Por isso, a castidade consagrada, entendida assim, deveria fazer de nós pessoas que irradiam uma alegria madura, esquecida de si, atenta aos outros, mas sobretudo cheia de Deus. Ela deveria ser, de fato, no mundo, o vestígio da bondade de Deus, feito homem em Jesus Cristo.

Isto coloca o problema da inteligibilidade da castidade consagrada. É, aliás, um dos temas centrais da teologia da vida religiosa neste século e, sobretudo após o Concílio, o do sinal. Assim como os religiosos e seus capítulos se preocuparam muito com a sua identidade, assim também a questão de ser sinal dominou por muito tempo o foco das atenções. A experiência e reflexão de vários anos me leva a fazer sobre isto duas considerações. Se o religioso viver intensamente a sua vida consagrada, será tanto maior a sua irradiação, a sua capacidade de ser sinal, quanto menor for com isso a sua preocupação. A vida religiosa, na sua inspiração de continuar a missão de Jesus Cristo, através da relativização daquilo que os homens normalmente absolutizam, está de tal maneira em contraste com a tendência

inata dos homens e sobretudo os do nosso tempo, que o ter critérios diversos e traduzí-los em vida de forma coerente chama a atenção, incomoda, questiona. Mas nem por isso, por enquanto, se faz sinal. É só quando tudo isto deixa de ser impositivo e traduz uma profunda manifestação de amor, só quando é captado como irradiação de uma felicidade vivida e não como norma ou lei a ser seguida, só então é que os homens acordam para o início de inteligibilidade de alguma coisa que eles não podem compreender a partir do seu horizonte habitual. **Por outro lado**, não podemos esperar ingenuamente, de um mundo pansexualizado, que ele tenha fácil inteligibilidade do sentido e alcance da nossa castidade. Há já um problema liminar que não podemos esquecer, nem muito menos ignorar. Uma grande parte das pessoas simplesmente não acredita que nós vivamos em castidade. Professá-la, no entanto, e vivê-la fielmente apesar disto, é uma das formas mais concretas de realizar nossa pobreza de ser e de pessoa frente aos homens. Mas há outras pessoas que não têm sequer como acreditar, porque a sua conceituação do amor passa necessariamente pelo filtro do egoísmo. É para elas inconcebível imaginar uma vida que abra mão, precisamente na manifestação do amor, de uma dimensão como a sexual, que pode expressar tão bem, embora não necessariamente, a gratificante recompensa de um amor que não pretende ser gratuito. O fato de não ser entendido, de não poder ser sinal, nem por isso tira o seu sentido evangélico e redentor

à castidade consagrada. Ela participa de novo aqui, numa dimensão bem concreta, da missão de Jesus Cristo. Ele foi proporcionalmente bem pouco entendido por aqueles que com Ele conviveram e igualmente o foi pelos séculos que se lhe seguiram.

Castidade operativa e funcional

No enfoque da razão da castidade na vida religiosa, na abordagem de sua explicação aos jovens, a ênfase é posta, não raro, em sua dimensão funcional e operacional. A castidade religiosa que, sob este aspecto, passa a ser apresentada mais como o celibato consagrado, torna os religiosos mais livres e disponíveis para a freqüente mobilidade que os caracteriza. Podem ser mandados para cá e para lá, segundo as necessidades da missão, sem os ônus de família e educação dos filhos. Isto é verdade e tem, certamente, seu aspecto pragmático. Mas se há aí um elemento de facilitação, não se pode dizer que ele seja característico e determinante. Os missionários protestantes, casados em boa parte, deslocam-se também e com maior sacrifício, para atender às necessidades de sua missão. O mundo diplomático, mas sobretudo o universo dinâmico das multinacionais contemporâneas, acostumaram-nos a estas contínuas transferências de executivos que servem em países diversos, aprendendo-lhes a língua, os hábitos, compreendendo-lhes a cultura, proporcionando-se aos modos de ser do povo, inclusive como condição de expansão de mercado. Desde

os tempos antigos, o comércio e as necessidades econômicas fizeram do homem um errante incansável e sofrido, indomável e tenaz. Migrações internas, emigrações de um país a outro, o fenômeno tão de nossos dias dos trabalhadores temporários, vindos de países ou regiões pobres para áreas de concentração industrial, tudo isto tem exigido de homens e de famílias inteiras um lastro de sacrifício bem maior do que o que funcionalmente nos estaria sendo pedido em decorrência de nosso celibato. Somos transferidos de casa a casa, que são nossas, porém. Encontramos irmãos nossos. Somos beneficiados por uma história, um trabalho que nos precedem. E ainda quando partimos para o desconhecido, a implantar algo novo, há um mundo institucional de apoio atrás de nós que, em geral, não falha. Não pode ser, pois, o aspecto funcional e operativo a razão intrínseca de nossa castidade religiosa e mesmo a fonte primeira de sua inspiração. Isto vale, aliás, para o próprio sacerdócio ministerial. Não está vinculada a ele intrinsecamente, mas apenas normativamente, a profissão pública do celibato. A profissão da castidade consagrada, porém, é inerente à natureza mesma desta vocação apostólica na Igreja que a própria Igreja reconheceu e legitimou e que chamamos de **vida religiosa**. Viesse, pois, a Igreja a adotar outra disciplina para os seus presbíteros seculares, isto em nada afetaria a situação dos sacerdotes religiosos. Não pode ser, pois, o aspecto funcional e operativo a razão determinante de nossa castidade

religiosa e nem mesmo a fonte primeira de sua inspiração.

O cerne da castidade

Este se encontra no desígnio de Deus que suscitou, ao longo da história, homens e mulheres que Ele plenificou com Seu amor e a quem deu amá-Lo com tal intensidade que para eles não se impôs a exigência da mediação humana. Fê-los experimentar a íntima comunhão com Ele. Deu-lhes irradiar sobre os outros o Seu amor gratuito e descobrir nos outros o Seu amor por eles. A intensidade desta experiência pareceu-lhes, de novo pela ação do Espírito, poder concretizar-se para sempre em vida. Vivendo assim, eles se santificaram e santificaram a própria Igreja, que lhes reconheceu e legitimou a vida. Há, quase sempre, à raiz da castidade consagrada, uma experiência intensa de comunhão com Deus, que é dom do próprio Deus e que marca de modo explícito sua presença a esta pessoa. Ela irradia tanto que atrai outros à mesma vida. Nestes, nem sempre se recapitula a intensidade da experiência original. Permanece, porém, a iniciativa de Deus, o dom dAquele que vocaciona, que chama, como chamou Maria, sem revelar-lhe bem o sentido último do seu chamado. Deus assume a pessoa e a coloca no todo de Seu plano de manifestar aos homens o Seu amor. Ele o fez em plenitude em Jesus Cristo. Ele o continua fazendo através de mil facetas, que retomam em fragmentos a MISSÃO fundamental de manifestar aos homens pela vida que todo amor no homem vem do amor de Deus

e que não há, pois, amor humano que seja último e absoluto e que se não possa transcender. A profissão pública pelo voto de castidade consagrada, ao mesmo tempo que relativiza assim o amor entre os homens,

dá a este amor a chave de sua grandeza e lhe abre a perspectiva final de sua própria superação, na comunhão escatológica com a plenitude do amor de Deus, que ela começa a antecipar.

B R E V E S — III

De 20 a 24 de abril, encontraram-se no Rio 42 religiosos e religiosas de algum modo ligados aos Centros Intercongregacionais de Formação Inicial para a Vida Religiosa. São os Noviciados e Juniorados Intercongregacionais promovidos por diversas Regionais da CRB. Cerca de 900 jovens religiosos e religiosas de centenas de Congregações colocam aí os alicerces do que é fundamental para a sua vida religiosa. Pela primeira vez, tentou-se uma avaliação global e integrada da iniciativa, que em algumas Regionais da CRB vai entrar no seu décimo aniversário. Um grande serviço mútuo.

* * *

A CRB Nacional recebeu da Presidência da CNBB e da CEP, bem como da USG (União dos Superiores Gerais), o texto do novo **DIREITO DOS RELIGIOSOS** que integra o projeto de reforma do Direito Canônico. A CRB constituirá um Grupo de Trabalho para a apreciação do mesmo. O resultado será encaminhado à Comissão Mista CNBB/CRB que, no segundo semestre, elaborará o parecer e as sugestões a respeito, a serem encaminhados pela Igreja do Brasil à Santa Sé.

* * *

CONVERGÊNCIA pensa dedicar os números de seu segundo semestre deste ano à preparação do Sínodo Mundial dos Bispos sobre a **Catequese**. Que lhe parece? Nós o fizemos amplamente sobre o Sínodo de 74, **Evangelização**, lembra-se? CONVERGÊNCIA e FITOTECA ofereceram então imenso material. Escreva-nos. Dê-nos sugestões. Indique-nos pessoas competentes para escrever. Fale dos temas que Você quer ler. Reporte-nos experiências válidas que deseja dar a conhecer. A revista será sempre melhor na medida em que for mesmo a **SUA revista**, ainda antes de ser feita.

PELAS REGIONAIS DA CRB

Pe. Celso Sehn, MSF

CONVERGÊNCIA cede mais um espaço para a divulgação das iniciativas em prol da Vida Religiosa. São as realizações que emergem do dinamismo apostólico das Regionais da CRB disseminadas pelo vasto território brasileiro. Desta forma pretendemos levar a Você o variado colorido de formas, fatos, acontecimentos da promoção da Vida Religiosa que brotam aqui e acolá. Será uma maneira de incentivar, sensibilizar, despertar a família religiosa do Brasil. Um meio de valorizar, em dimensões nacionais, o que de positivo acontece na Vida Religiosa em termos regionais.

Regional de Fortaleza

Realizou com pleno êxito, de 1º a 5 de fevereiro, o primeiro **Curso para Ecônomos**, no Centro Vocacional do Seminário de Prainha, sob a coordenação da Irmã Maria Goretti, Tesoureira. O Curso foi ministrado por Advogados, Economista, Contabilista e funcionários do Banco de Londres. Trinta e um religiosos procedentes de Fortaleza, Teresina, Tianguá, Quixadá, Camocim, Cacuia e Viçosa participaram desse Curso. A propósito, foram elaboradas apostilas muito práticas sobre o assunto.

Regional de Porto Alegre

Foi levado a efeito o **CURSO VIDA RELIGIOSA**, no período de 4 de abril a 1º de maio. O Curso foi coordenado pelo Pe. Eloy Oswaldo Guella e pela Ir. Athália Schaefer. Obedeceu à seguinte temática:

DINÂMICA PSICO-SOCIAL DA VIDA COMUNITÁRIA. Foi expositor o Ir. Francisco Crestani. À luz desse tema deu enfoque especial a estes pontos: O Problema da Comunicação. Relações interpessoais. Controle dos sentimentos e emoções. Maturidade Afetiva. Interação Grupal.

REALIDADE SÓCIO-POLÍTICO - CULTURAL - ECONÔMICO-RELIGIOSA. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Estratificação social e marginalização. População e família. Religiosidade popular. Caráter do povo brasileiro. Este tema foi abordado por José Odelso Schneider.

Numa terceira fase, Frei Carlos Zagonel versou sobre a HISTÓRIA DA VIDA RELIGIOSA, dando ênfase a estes tópicos: Fenômeno da VR fora do Cristianismo. Fenômeno da VR no cristianismo. Fenômeno da VR na Igreja Católica Oriental e Ocidental. Fenômeno da VR no Brasil.

Finalmente coube ao Pe. Quirino Weber apresentar o tema sobre RETIRO E TÉCNICAS DE ESPIRITUALIDADE E ORAÇÃO com os seguintes sub-títulos: Desejo de Deus. Encontro com o Senhor. Consequências do encontro com o Senhor. Métodos de Oração. Experiências e práticas de concentração e oração.

Regional de Goiânia

Informa a Ir. M. Dalva A. de Mello, Secretária Executiva, que se realizou, de 3 a 22 de janeiro, CURSO DE INICIAÇÃO TEOLÓGICA, cujo objetivo foi proporcionar aos religiosos(as) atualização nos diversos níveis. CONTEÚDO do Curso: Antropologia e Dinâmica — Ir. Zélia L. da Silva, MJC, de Campo Grande, MT. Noções de Serviço Social, Ir. Thereza Lemos, MJC, Campinas, SP. Iniciação Bíblica, Pe. Roque Frangiotti, CSSR, São Paulo, SP. Cristologia, Fr. Mateus Rocha, OP, Anápolis, GO. Filosofia Contemporânea, Pe. Joseph Yves Bernard, Goiânia, GO. O Curso foi coordenado pelo Pe. Mauro Montagnoli, Estigmatino. Contou com 33 participantes: 27 religiosas, 2 religiosos e 4 leigos.

Merece destaque a notícia da participação da Ir. Margarida B. das Dores, Presidente desta Regional, no Encontro da CLAR, em Bogotá, como Conselheira representando os religiosos do Brasil, encontro este ocorrido de 19 a 25 de fevereiro.

Regional de Santa Catarina

Atendendo a uma das conclusões da Assembléia de 76, a Diretoria da CRB Regional de Santa Catarina proporcionou aos Provinciais e Coordenadores Diocesanos um Encontro Sobre a Realidade Brasileira, nos dias 29 a 31 de março, no Provincialado das Irmãs da Divina Providência em Florianópolis. O Encontro teve por meta aprofundar também a realidade catarinense e analisar a inserção dos religiosos nesta realidade. A agenda do encontro foi esta:

1. A Realidade Mundial, Brasileira e Catarinense.
2. Os Religiosos e sua inserção nesta realidade.
3. A Formação dos Religiosos para uma real inserção nesta realidade.
4. Assuntos de faixa interna da CRB Regional.

Na cidade de Lages, no Centro de Formação Católica, de 6 a 7 de maio, segundo informou a Irmã Eliza Schafaschek, esta mesma Regional promoveu com muito sucesso o ENCONTRO DOS ECÔNOMOS, PROCURADORES e SECRETÁRIOS. Foi um encontro muito proveitoso para os religiosos que atuam na faixa da administração.

Regional de São Paulo

Pe. Pasquale Filippelli, Secretário Executivo, informou que a Conferência dos Religiosos do Brasil, Regional São Paulo, renovando seus propósitos de bem servir, programou para este ano, no setor **ADMINISTRAÇÃO** três encontros, a saber: **1. A ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:** realizado de 21 a 25 de março. **2. ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL:** 12 a 15 de julho. **3. ORGANIZAÇÃO JURÍDICA DE UMA PROVÍNCIA:** 20 a 23 de setembro.

A Regional de São Paulo realizará na cidade de Itu, entre os dias 13 a 19 de junho o **ENCONTRO REGIONAL DAS CONTEMPLATIVAS**. A finalidade deste encontro obedecerá as seguintes metas:

Aprofundar a vida de oração.

Descobrir os apelos dos homens de hoje à vida contemplativa.

Conhecer a situação da Igreja de hoje para o testemunho da vida contemplativa seja fiel. O encontro transcorrerá em regime de internato para poder conviver, trocar experiências e animação mútua.

NOVICIADO INTERCONGREGACIONAL, da Regional de São Paulo estabeleceu as normas de funcionamento: **Dias de aula:** às quartas-feiras. **Horário:** das 13 às 16,30 horas. **Local:** Calvarianas, Bosque da Saúde. **Matérias**, no primeiro semestre: Liturgia, Vida Religiosa. Segundo semestre: Teologia dos Sacramentos, Sagrada Escritura (Salmos). **Dias de aula:** 28, no primeiro e segundo semestres. Total de horas de aula: 112.

Regional São Luís

De São Luís, informa Ir. Maria do Carmo Monteiro, Secretária Executiva: "A regional iniciou suas atividades de 77 com um Retiro Intercongregacional, de 12 a 18 de janeiro, orientado pelo Pe. Maurilo Sampaio, SJ. Participaram 33 religiosas pertencentes a diversas Congregações". A grande meta do retiro: "Aprofundar a Palavra de Deus". À noite houve sempre uma revisão do dia. Encerrou-se o retiro com a celebração da Eucaristia, que contou com a presença de religiosos das várias comunidades de São Luís e membros da Diretoria do Executivo.

VISITAS ÀS COMUNIDADES. "Membros da Diretoria e Executivo visitaram algumas comunidades da Ilha, a fim de manter sempre um maior relacionamento com todas as Irmãs. Houve muita receptividade e cordialidade por parte das comunidades visitadas. Esperamos continuar essas visitas durante o ano em curso".

Regional de Recife

De 11 a 15 de março a Regional de Recife realizou, no Centro de Treinamento, o Encontro anual para as Religiosas que trabalham no Setor de Saúde.

Nos dias 26 a 29 de março, a CNBB Regional NE — II realizou a XII Assembléia de Pastoral Regional. Desta Assembléia participaram, além dos Bispos da Região e dos Coordenadores Pastorais das Dioceses, os Superiores Maiores da

CRB NE — II. O Tema principal da Assembléia foi **MINISTÉRIOS E VOCAÇÕES**. Para tal fim, os Superiores Maiores procuram ouvir os grupos de base, as Comunidades e pessoas diretamente ligadas ao trabalho dos Ministérios e Vocações. Ao mesmo tempo auscultaram os membros da Equipe de Formação. Esta informação fez-se através de um questionário. O objetivo da Assembléia foi buscar pistas novas para o encaminhamento e o acompanhamento das Vocações Religiosas e sacerdotais.

Regional de Goiânia

O mês de março assinala diversas atividades nesta Regional: Reunião dos membros da Coordenação "Promoção Vocacional", cujo objetivo foi a preparação do Encontro para Coordenadores de grupos de jovens da Arquidiocese de Goiânia. A Ir. Arlete Lousada, 2ª Vice-presidente da Regional participou do Encontro de Educadores em geral, coordenado pelas Irmãs Dominicanas de N. S. do Rosário. Houve bom número de participantes, inclusive de outras dioceses. Dia 25 de março houve o Encontro dos Provinciais com a finalidade de preparar a XI Assembléia Geral Ordinária da CRB, na Casa da Assunção,

Setor Sul de Goiânia. O Pe. Silvério Negri, CSSR, expôs o tema: "MODELO ECONÔMICO FINANCEIRO". Participaram deste encontro: Frei Humberto P. de Almeida, OP; Frei Francisco Eustace, OFM; Ir. Inez Guarnieri, MJC; Ir. Teresa M. Sweeney, OSF; Ir. Joesetta M. Lonnemann, SFP; Ir. Antonia Bauer, FMD; Ir. Mariana Glasscott, OSF; Ir. Margarida B. das Dores, MCJ; Ir. Maria Dalva A. de Mello, ICM, Secretária Executiva.

Novos Secretários Executivos

O novo Secretário Executivo da Regional de Salvador é o **Pe. Xavier Nichele, SJ**. Esta Regional recebeu também nova Secretária Executiva Adjunta na pessoa da **Ir. Gisele Ribeiro**. **Ir. Tereza Marangoni** deixou o Conselho da Diretoria Regional, de Campo Grande e ocupa agora o cargo de Secretária Executiva. A nova Secretária da Regional de Brasília é a **Ir. Maria Luíza Luca, ASCJ**.

A estes novos integrantes dos Executivos Regionais desejamos muita coragem e votos de bom e fecundo trabalho em prol da coordenação e animação da Vida Religiosa e realização pessoal frente às suas novas funções.

LIVROS NOVOS

para Você Ler

O PROCESSO DE SUBDESENVOLVIMENTO, Pierre Salama. Tradução do original francês **Le Procès de Sous-Développement**, de Estela dos Santos Abreu. Editora Vozes, Petrópolis. Ano 1976. Páginas 208.

No atual processo desenvolvimentista na área econômica verifica-se um fenômeno que é típico do sistema capitalista: a acumulação cada vez mais poderosa dos recursos econômicos de um lado e, do outro, um subdesenvolvimento das áreas periféricas, cada vez mais amplas e dependentes dos centros capitalizadores.

"O subdesenvolvimento — frisa o autor — não pode ser explicado por si mesmo. Qualquer tentativa de estudo do subdesenvolvimento sobre um prisma automático, separado da economia mundial, das necessidades de seus centros dominantes, está determinada a fracassar porque afasta o problema essencial: o da gênese do subdesenvolvimento. Só a análise das leis da evolução do processo produtivo mundial e, portanto, o estudo das formas de

acumulação de capital em escala mundial, permitirá perceber o subdesenvolvimento no momento de sua formação, bem como ir **além** das caricaturas simplistas e proceder ao estudo minucioso das diversas formas de subdesenvolvimento e de sua formação".

Eis, em forma descritiva, o tema fundamental deste vigoroso ensaio científico. A obra divide-se em três partes, ou capítulos, cada qual seguido de conclusões, onde o autor sintetiza os dados técnicos dos problemas abordados:

I — Acumulação de capital e concentração de renda.

II — Acumulação de capital e variação do volume de emprego.

III — Concentração de renda, variações de emprego e acumulação de capital.

Apesar da instrumentação técnica e da linguagem científica exigidas pela própria matéria e o nível superior deste trabalho, sua leitura é fácil e agradável. Estudiosos e professores de problemas sócio-econômicos encontrarão no presente livro rica fonte de consulta para ulteriores pesquisas.

QUANDO A AÇÃO SOCIAL PROMOVE A JUSTIÇA

1. Promover a justiça não é uma questão de manter obras sociais, mas de imprimir uma orientação social a qualquer obra que se mantenha.
2. Dar preferência às classes pobres e aos desprivilegiados é uma condição para a promoção da justiça.
3. A ação social é essencialmente uma ação progressiva e a longo prazo.
4. A ação social constitui-se mais de ações preventivas que de atividades curativas.
5. A promoção da justiça exige ação tanto ao nível das pessoas quanto ao nível das instituições.
6. Um trabalho social tanto mais promove a justiça, quanto mais cria condições de participação efetiva dos interessados.

(Do artigo: "O Religioso e a promoção da justiça", pág. 215)